

radicalizar a DEMOCRACIA

A ABONG DE 2006 A 2010



ABONG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS

radicalizar a DEMOCRACIA

A ABONG DE 2006 A 2010



ABONG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS

1. Apresentação	5
2. Introdução.....	7
3. Prioridades políticas da gestão.....	11
4. A ABONG no Brasil: incidência nacional.....	17
4.1 Ações desenvolvidas no período	17
4.2 Os regionais e o diálogo local-nacional.....	22
5. A ABONG na América Latina e no mundo: incidência internacional	44
5.1 Ações desenvolvidas no período	44
5.2 Fórum Social Mundial	48
6. Gestão e desenvolvimento institucional.....	58
Ações desenvolvidas no período	60
Reestruturação administrativa, política e financeira	66
A gestão de recursos do Fórum Social Mundial.....	67
7. Relatório financeiro	69
8. Publicações e produtos.....	72
9. Organizações associadas no período de 2007 a 2009.....	76
10. Desafios para o próximo período	77
Anexos.....	79

EXPEDIENTE

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
(Março/2010)

Conselho Diretor (2006 a 2009)

Diretoria Executiva

Aldalice Moura da Cruz Otterloo – Instituto Universidade Popular (Unipop)
José Antonio Moroni – Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Magnólia Said – Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar)
Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
Tatiana Dahmer Pereira – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

Diretorias Regionais

Amazônia (AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO)

Romeu Aloísio Feix – Centro de Direitos Humanos de Palmas (Cdhp)
Roseane Gomes Dias – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (Smdh)

Centro-Oeste (DF, GO, MS, MT)

Sem diretoria

Nordeste I (AL, PB, PE)

Ana Cristina Lima – Coletivo Feminista (Cunhã)
Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
Raimundo Augusto de Oliveira – Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

Nordeste II (BA, SE)

Damien Hazard – Vida Brasil-BA
Hemilson de Castro Rodrigues – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese (CJP-BA)
Maria de Fátima Pereira do Nascimento – ELO Ligação e Organização
Rosa Marinho – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-Bahia)

Nordeste III (CE, PI, RN)

Ilena Felipe Barros – Centro de Educação e Assessoria “Herbert de Souza” (Ceahs)
Lúcia Albuquerque do Carmo – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (Cdvhs)
Narcizo de Souza Chagas – Centro Dialogo (Dialogu)

São Paulo

Antonio Eleilson Leite – Ação Educativa
Beloyanis Bueno Monteiro – SOS Mata Atlântica
Luana Vilutis – Instituto Paulo Freire (IPF)

Sudeste (ES, MG, RJ)

Adriana Valle Mota – Nova Pesquisa e Assessoria em Educação (Nova)
Eleutéria Amora da Silva – Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

Sul (PR, RS, SC)

José Edmilson Schnelo – Centro de Estudos Bíblicos (Cebi)
Mauri José Vieira Cruz – Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)

Equipe Abong

Assistente de Diretoria

Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo

Marta Elizabete Vieira
Wanderley Figliolo

Secretaria

Kelly Cristina Vieira dos Santos

Comunicação

Ana Maria Straube de Assis Moura
Sálua de Paula Oliveira

Programa de Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais

Isabel Mattos Porto Pato
Isabel Junqueira

Escritório Brasília

Lisandra Carvalho

Participaram desta publicação:

Coordenação editorial

Aldalice Otterloo
Helda Oliveira Abumanssur
José Antonio Moroni

Redação e edição

Michelle Prazeres

Revisão final:

Ana Maria Straube de Assis Moura
Isabel Junqueira
Isabel Mattos Porto Pato

Projeto gráfico e diagramação:

Raquel Venturini – Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ABONG Nacional

Rua General Jardim, 660 - 7º - Vila Buarque
Cep: 01223-010 São Paulo - SP
Fone/fax: (55 11) 3237-2122
E-mail: abong@abong.org.br
www.abong.org.br

A ABONG conta com os apoios de:

Evangelischer Entwicklungsdienst (EED)

Fundação Ford

Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco)
Oxfam GB

São Paulo, março de 2010

A ABONG completou, em 2009, 18 anos de luta junto aos movimentos sociais pela construção de uma sociedade igualitária, justa e democrática. No seu aniversário, reafirmou seu compromisso com as lutas cotidianas por causas sem as quais esta sociedade nunca se concretizará.

A cada término de gestão, produzimos e publicamos um relatório que tem como objetivo dar visibilidade às nossas ações e prestar contas à sociedade em relação ao projeto político da Associação e ao que foi planejado e realizado neste período. Esta publicação trata das iniciativas de 2006 a 2010¹.

No início da gestão, apontamos para a necessidade de radicalizar a democracia numa sociedade ainda sem justiça social, afetada por um modelo regido por políticas neoliberais, que persistem agravando a pobreza e as desigualdades sociais, colocando em risco o meio ambiente e a vida de milhões de pessoas que dele cuidam e dependem. Neste contexto, a Associação desenhou prioridades, estratégias e ações para estes três anos.

Neste documento, você encontrará uma breve descrição destas prioridades políticas para a Associação, que foram aprovadas na Assembleia de 2006 e que regeram ao longo destes anos as ações da ABONG.

Estas prioridades serviram como guia político durante a nossa caminhada. No entanto, ao longo da execução do plano, foi tornando-se claro que esta divisão não correspondia à complexidade da atuação da Associação, na qual uma iniciativa, muitas vezes, tem incidência em mais de uma prioridade definida.

Portanto, neste relatório, a análise dos progressos da ABONG se fará considerando questões estratégicas amplas que articulam as atividades das várias prioridades.

Estas questões representam por si mesmas um avanço na reflexão que aconteceu durante esta gestão, nas reuniões do Conselho Diretor e da direção executiva, sobre o papel e o foco de intervenção políticos da Associação e sua capacidade de mobilização e articulação das organizações associadas.

1. APRESENTAÇÃO

¹ A Assembleia da ABONG que definiu as prioridades para o período foi realizada em novembro de 2006 e a próxima será realizada em março 2010. Por se tratar de um balanço da gestão, esta publicação abrange as ações realizadas também nestes dois anos.

Esta publicação, portanto, não analisa o cumprimento desta ou daquela prioridade política, mas as atividades e estratégias levadas a cabo pela ABONG no período, organizadas de acordo com seus âmbitos de atuação. Num primeiro momento, serão descritas as ações realizadas no Brasil; em seguida, aquelas realizadas no âmbito internacional; e por fim, as ações de desenvolvimento institucional.

Sabemos que estes três pilares caminham juntos numa relação dialógica entre a construção da Associação e de suas pautas políticas, e que a ação “para fora” retroalimenta a sua estrutura e a sua gestão. Por outro lado, sabemos que os princípios e práticas que regem a gestão são bases fundamentais das práticas políticas. No entanto, para relatarmos com maior precisão as ações realizadas nos três âmbitos, lançamos mão do artifício de separá-los esquematicamente.

Este documento contém ainda um relatório financeiro, as publicações e produtos lançados pela ABONG no período, além de uma listagem com as organizações que se associaram nos últimos três anos.

Nosso desafio editorial foi o de não apenas relatar as nossas ações, mas de conferir a elas um sentido conjuntural e político, localizando-as num contexto a que diziam respeito e em relação aos objetivos que buscamos atingir com elas. No fundo, tratou-se de um modo de construir a publicação, de forma que ficassem explícitos a relevância social e cultural e o sentido político do trabalho da ABONG.

Como este relatório tem um caráter de memória e prestação de contas, buscamos não nos deixar contagiar pelos desafios que emergem ao final desta gestão para o próximo período. No entanto, não quisemos deixar de fora indícios em relação ao que avaliamos ser alguns dos desafios que moverão o triênio que chega.

Consideramos que os elementos que elencamos ao final da publicação são parte de nosso legado para os que estarão à frente desta bela missão que é construir a ABONG e lutar pela radicalização da democracia no Brasil e no mundo.

Boa leitura!

Aldalice Otterloo, José Antonio Moroni, Magnólia Said, Taciana Gouveia e Tatiana Dahmer.

Diretoria Executiva Colegiada da ABONG

No período de 2001 a 2006, os relatórios de balanço político e prestação de contas da associação se chamavam “Democratizar a democracia”.

Não é por acaso que nesta edição, que relata as ações do período de 2006 a março de 2010, o relatório ganha outro nome: o de “Radicalizar a democracia”. Este foi o principal desafio abraçado e encarado pela Associação neste período. Trata-se da releitura do projeto de origem da ABONG, expresso em sua Carta de Princípios: a construção coletiva do projeto político-institucional orientado pela radicalidade de sua ação política, especialmente no que se refere à superação da democracia liberal formal, contribuindo para uma democracia pautada no enfrentamento das desigualdades e para a conquista efetiva de direitos humanos.

A consolidação da democracia formal não conseguiu assegurar a igualdade e a justiça sociais, nem tampouco o respeito à diversidade, inclusive na representação política, reforçando o quanto as mazelas existentes relacionavam-se às questões estruturantes da nossa sociedade, como as relações de classe, raça/etnia e gênero. É preciso, então, repensar a democracia, a participação e a igualdade, assim como a afirmação de direitos, frente ao esgotamento do modelo de desenvolvimento no qual vivemos.

Portanto, não se trata de afirmar que o paradigma da democratização da democracia está totalmente superado. Quando afirmamos a necessidade da radicalização, analisamos estratégias adotadas e ações realizadas pela Associação num período de radicalização e complexificação também dos cenários nacional e internacional, com os quais as nossas ações políticas necessariamente dialogam e nos quais a nossa cultura política está necessariamente inserida. Ou seja, não se trata de decretar o fim da luta pela democratização, mas sim de aprofundá-la e ampliá-la.

Além de política, a radicalização da democracia também é uma saída paradigmática, porque busca resignificar as nossas lutas e bandeiras quando o termo “democratização” é amplamente apropriado por outros setores da sociedade e passa a servir para designar todo e qualquer tipo de atuação “social”. Neste sentido, a

2. INTRODUÇÃO

afirmação da radicalidade é também um modo de nos diferenciarmos enquanto associação de organizações que lutam por políticas públicas e pela garantia de direitos, pela ampliação da democracia e pela justiça social. É uma forma de afirmar nosso lugar, nosso sentido político e nosso papel na sociedade. Esta saída também se constrói em função da complexificação (ampliação com diversificação) do campo das organizações sem fins lucrativos como um todo.

Quando falamos em complexidade e radicalização dos cenários no Brasil e no mundo, é preciso pontuar, portanto, que estas se dão nos âmbitos político, social, econômico, ambiental e cultural. Esta reestruturação do entorno requer necessariamente uma reflexão sobre os sentidos e papéis dos sujeitos políticos que nele atuam e estão imersos.

Exemplificando: se por um lado, o Brasil hoje é visto como potência emergente e as políticas sociais conferiram à população brasileira um maior poder de consumo; por outro lado, há um crescimento vertiginoso dos índices de desigualdade e uma necessidade cada vez maior de combatê-la, afirmando a diversidade e expondo os falsos índices de riqueza, denunciando a concentração de renda e, - por que não? - de poderes e propriedades.

Se o país avançou quantitativamente na criação e realização de processos participativos como conselhos e conferências, é preciso refletir sobre a insuficiência destes mecanismos de participação e de uma visão de democracia restrita à sua vertente representativa. Ainda há muito que avançar em relação à violação de direitos, às transformações da cultura política, à participação efetiva em políticas estratégicas e ao real debate sobre o desenvolvimento e sustentabilidade.

Na América Latina, não é diferente. Se assistimos à ascensão de governos do campo de centro-esquerda, visualizamos igualmente os limites destes governos e dos processos de integração da região baseados somente em elementos econômicos; vimos o Brasil exercendo uma forma regional de poder em relação aos nossos vizinhos, como em processos como a revisão do tratado de Itaipu, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana

– IIRSA (que implementa uma relação de poder ao apoiar países na lógica do empréstimo a juros exorbitantes) e a ação de algumas empresas brasileiras na América Latina e África, que reproduzem a relação desigual de explorador e explorado, país credor e país endividado.

No mundo, o cenário é ainda mais complexo, com a crise financeira que abala as estruturas do regime capitalista no final de 2008, os impasses em relação à governança internacional e a crescente descrença nas instituições políticas que nos faz apostar na urgente emergência de uma nova ordem mundial. Mas qual ordem, se também ficaram explícitas a ineficiência de grandes conferências do sistema ONU, como o processo de revisão de Durban, a COP-15, e a falta de respostas para as mudanças climáticas e as grandes tragédias mundiais?

Tudo isso nos mostra que as institucionalidades de que dispomos talvez não suportem mais cenários tão complexos, internacional, regionais, nacionais e locais.

Enquanto isso, a sociedade busca gestar processos e práticas que, de um lado, contribuam para a criação e o reconhecimento de novas institucionalidades e formas de poder e, de outro, lutem para que a democracia os incorpore, o que seria um dos sentidos da radicalização que afirmamos ser necessária.

Emergem novos atores e sujeitos na cena pública. Ganham volume e vulto os movimentos ligados à juventude a novas práticas políticas relacionadas à cultura e à comunicação. A questão da América Latina e dos povos da região ganha corpo. Amplia-se a relação de solidariedade entre as sociedades e governos, sendo papel da ABONG exercer um controle social interno e externo, frente ao nosso governo e ao capital brasileiro. Um Fórum Social Mundial na Amazônia coloca no centro do debate a questão dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas e dá voz a eles, à sua cultura e suas lutas.

Estas são algumas pistas. Fissuras. Focos de transformação e enfrentamento que vislumbramos hoje e que nos permitem afirmar

que muitas das apostas que a ABONG fez em sua Assembleia de 2006 - quando traçou planos, estratégias e desafios para o triênio 2007-2009 – foram assertivas ou apontaram para novos caminhos que ainda serão descobertos futuramente, como consequência desta trajetória.

Não é possível escapar da constatação de que o campo associativo, e por decorrência lógica, a ABONG, enfrenta um momento complexo e contraditório que, por vezes, nos dá uma sensação de esgotamento ou mesmo de “fim da nossa história”.

Contudo, a brevidade do tempo histórico da nossa existência - seja como ABONG e seus quase 19 anos, seja como suas associadas, que majoritariamente têm menos de 30 anos - não nos permite sequer imaginar que cumprimos o nosso destino ou nele fracassamos.

Mas ao mesmo tempo, não podemos nos agarrar apenas aos modos que fomos e tomá-los como parâmetros das nossas possibilidades de ser. Temos que entender e significar nossa existência na junção do que nos marca fundamentalmente e nas tantas possibilidades de, no tempo de agora, seguirmos construindo o que pensamos, fizemos e desejamos há três décadas.

Todo sujeito tem a marca do tempo futuro, todo sujeito é um devir. Assim sendo, a grande questão para a Assembleia de 2010 é tomar o nosso projeto político nas mãos e fazer dele a matéria a partir da qual continuaremos a escrever e fazer o nosso devir, ainda que para isso seja necessário pôr ou inventar outras palavras.²

² Trecho do documento “ABONG, a que será que se destina?”, disponível na íntegra no anexo I.

Em novembro de 2006, foi realizada a Assembleia Geral da ABONG, que definiu as prioridades políticas para esta gestão.

Avaliamos que esta publicação deveria resgatar estas prioridades em função do seu caráter de memória e por se tratar de um subsídio às discussões da Assembleia de 2010 que vai rever estas e discutir possíveis novas frentes de atuação.

Lembrando que as prioridades serviram – ao longo deste período – como diagrama político e conceitual para as ações da ABONG, mas que as atividades e estratégias desenvolvidas respondiam em geral a mais de uma prioridade. É por isso que, no relato das atividades deste documento, elas não estão organizadas por prioridades, mas sim por âmbito de atuação.

De modo geral, as principais atividades que a ABONG desenvolve no sentido de implementar suas estratégias em cada prioridade são: disseminação de informação e subsídios para referência de debates, através da publicação de livros, veiculação de artigos e textos, boletins etc.; participação e promoção de articulações com redes e fóruns da sociedade civil; intervenção no desenho e monitoramento de políticas públicas; elaboração e desenvolvimento de projetos específicos, sejam de longa duração como o Programa de Desenvolvimento Institucional, sejam eventos especiais, como os seminários e pesquisas temáticas.

A seguir, listamos as prioridades e a conceituação de cada uma delas para a ação política da ABONG.

PRIORIDADE 1 – Modelos e políticas de Desenvolvimento socioambientalmente sustentável

Um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, numa perspectiva transformadora e de empoderamento da sociedade civil, não pode dissociar a questão racial e de gênero, questões ainda insuficientemente abordadas pelo conjunto das organizações da sociedade civil.

3. PRIORIDADES POLÍTICAS

É necessário compreender as articulações que ampliam a fronteira das relações de dominação embasadas nas redes empresariais e no sistema bancário; os modos de consumo e os estilos de vida através do impacto da mídia; o poder da tecnocracia e do aparato jurídico-repressivo; o poder legislativo e os lobbies das empresas que sustentam um bloco de forças e uma orientação político-ideológica que requer uma combinação de ações do nosso campo, que sejam estratégicas tanto no plano da crítica estrutural e da formulação intelectual e técnica quanto na mediação e nas alianças políticas, e no apoio à mobilização social dos sujeitos coletivos constituídos e da constituição de novos sujeitos.

A ABONG continuará articulando movimentos sociais, atores políticos e sujeitos coletivos para reafirmar a relação entre plataforma de resistência e formas de luta, mudança cultural e projeto alternativo, de modo a contribuir para um processo de transição no plano do modelo de desenvolvimento e construção de estratégias de desenvolvimento local e regional solidário e sustentável, nos territórios.

PRIORIDADE 2 – Radicalização da democracia, ampliando o controle social sobre o Estado e fortalecendo a sociedade civil

A democratização da sociedade sempre foi para a ABONG muito mais um compromisso ético do que uma simples bandeira de luta, pois entende que para fortalecer uma cultura de direitos e de participação cidadã, é preciso democratizar a vida social, as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, na vida privada e na esfera pública, ou seja, as relações de poder no âmbito da sociedade civil. Portanto, democracia é muito mais que um sistema político formal e as relações entre Estado e sociedade, é também a forma como as pessoas se organizam, se relacionam e participam da construção da vida social.

Neste sentido, a ideia de controle social e participação está conectada com uma concepção de desenvolvimento que inclui duas

dimensões fundamentais: inclusão, entendida como superação das desigualdades, e a sustentabilidade, articuladas à questão dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Por isso, será fundamental trabalhar na perspectiva de mudança da cultura política e ampliação dos processos democráticos de participação e controle social tanto em relação ao Estado quanto em relação às organizações da sociedade civil, e em especial, junto às suas associadas.

PRIORIDADE 3 – Reforçar e aprofundar as alianças políticas

Os espaços coletivos da sociedade civil que a ABONG participa são um valioso instrumento de articulação em torno do projeto de desenvolvimento defendido pela Associação. Por isso é fundamental fortalecer processos que complementam, fortalecem, potencializam sua ação e, ao mesmo tempo, fomentar novos espaços aglutinadores, considerando a diversidade e a pluralidade da conjuntura em que atua.

A sociedade civil, a partir do governo Lula, se fragilizou como mobilizadora do exercício de contra-poder.

Esse novo contexto desafia a ABONG trabalhar com parcerias que têm entre si dinâmicas e processos distintos e autônomos e, como no caso das empresas, posições e interesses muitas vezes antagônicos, correndo-se o risco de comprometer os esforços empreendidos, os resultados desejados e também a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Ainda no campo das alianças, deverão estar situadas mais fortemente, as agências de cooperação internacionais. Há o desafio de contribuir para que essas agências também se fortaleçam nos seus contextos de atuação, entendendo a parceria como estabelecimento da solidariedade ente setores sociais do Sul e Norte, não limitada à relação financeira.

PRIORIDADE 4 – Regulação Estado e Sociedade (Marco legal)

A definição genérica e de cunho liberal de “terceiro setor”, pouco permite compreender o universo complexo das organizações sociais sem fins lucrativos, colocando-as como agentes “substitutivos das funções do Estado”. Tampouco o termo ONG contribui para mais esclarecimentos, uma vez que sequer existe juridicamente.

Assim, é preciso construir um marco legal das entidades privadas sem fins lucrativos que reconheça os diferentes objetivos e naturezas que possuem. No caso da ABONG, a intervenção neste setor tem sido pautada pela construção de uma legislação que regule e apóie a existência das organizações voltadas para a construção e defesa de direitos de cidadania, fortalecimento do processo democrático participativo na sociedade e para a superação de desigualdades e injustiças sociais. Ou seja, seja construída a partir do reconhecimento de seu fim público.

Desta forma é possível avançar na disciplina e regulamentação do acesso aos recursos públicos por organizações privadas sem fins lucrativos de forma transparente, ética e democrática, garantindo o controle social por parte da sociedade.

PRIORIDADE 5 – Direito à Comunicação

Direito à Comunicação é um conceito que extrapola os de liberdade de expressão e direito à informação, pois com ele, é afirmado que a comunicação é o espaço de construção de princípios de uma sociedade, arena de disputa política por onde trafegam as ideias, os valores e as culturas. Um espaço necessariamente público, que deve representar as diversidades e a pluralidade de um país.

Entretanto, os conteúdos veiculados pelos grandes meios de comunicação, centralizado nas mãos de grandes grupos familiares, não conseguem representar o país em suas diversidades regionais, raciais, étnicas, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classe etc. Essa situação é agravada tanto pela ausência de uma fiscalização mais enérgica por parte do Estado – especialmente os

de radiodifusão, que são bens públicos – quanto por grande parte da sociedade, informada por estes próprios meios dominantes, comerciais e privados, que impedem o desenvolvimento de uma cultura de controle dos meios de comunicação.

Para a ABONG, é fundamental travar uma luta pela visibilidade de conteúdos, ideias e vozes na cena pública, utilizando seus veículos, estratégias de mídia e mobilizações, para conseguir pautar a grande mídia, sem deixar as vias das mídias alternativas, comunitárias e veículos independentes, fortalecendo organizações que atuam no campo das comunicações para construir uma força contra-hegemônica neste setor, a exemplo das rádios comunitárias.

PRIORIDADE 6 – Fortalecimento da sustentabilidade política e financeira das organizações associadas

As associadas da ABONG vêm abordando nos processos de diálogos com os governos (federal, estaduais e municipais) e com as agências de cooperação a questão da sustentabilidade política e financeira do campo político que reúne as organizações e movimentos, que lutam pelo fim das desigualdades e pela construção de processos realmente democráticos. A este debate, a ABONG considera que deve ser incluída a reestruturação institucional das organizações, com estruturas mais horizontais e democráticas, com políticas definidas de informação à sociedade sobre sua atuação e sustentação e principalmente como a identidade política das organizações se relaciona com as suas práticas cotidianas.

Nos últimos anos, com o crescimento do chamado terceiro setor (do qual a ABONG não se identifica como integrante) estas questões se complexificaram, tanto no aspecto político como no da sustentabilidade financeira. Está em pauta hoje a disputa dos sentidos e significados do que seja uma organização da sociedade civil, autônoma e independente do Estado e dos governos.

Da mesma forma, estão em disputa também recursos financeiros e, já que o problema possui uma dimensão coletiva, a ABONG considera que as soluções para o seu enfrentamento também precisam ser construídas dessa forma.

PRIORIDADE 7 – Fortalecimento da ABONG como sujeito político

A ABONG nasce em 1991 com o intuito de conformar um campo de organizações voltadas para o fortalecimento da identidade de organizações não governamentais, as quais tinham profundo compromisso com a reconstrução da democracia e com a afirmação dos direitos humanos no Brasil. Esse campo tem, historicamente, se constituído como ator político coletivo, referência para os mais diferentes agentes sociais: o Estado, entidades da cooperação internacional, demais organizações da sociedade civil, a gama diversa de movimentos sociais e mesmo a sociedade difusa.

Neste sentido, a ABONG desenvolve processos de fortalecimento institucional do seu campo, com ações que permitam maior clareza para suas associadas sobre sua identidade de campo, seus princípios ético-políticos e mesmo sua metodologia de atuação. É priorizado fortemente o diálogo e a atuação com redes e movimentos sociais, preservando as diferenças, respeitando a autonomia e singularidades de cada segmento e dos sujeitos.

4.1 Conjuntura nacional

Se existe uma ideia que pode expressar com precisão (e ao mesmo tempo de modo amplo) a conjuntura nacional no último período, abrangendo diversos aspectos da vida das organizações do campo político da ABONG e suas associadas, ela é a noção de acirramento e ampliação da criminalização dos movimentos e organizações da sociedade civil que defendem os direitos humanos e lutam contra todas as formas de desigualdade e por um novo modelo de desenvolvimento.

No último período, esta criminalização se deu sob diversas formas, sempre buscando deslegitimar politicamente o trabalho destas instituições, por parte de outras que lutam para que vigore o projeto político neoliberal, de privatização da vida e dos bens comuns, liberalização da economia e minimização do Estado com a terceirização da execução das políticas públicas.³

Grosso modo, podemos citar três formas de criminalização: uma delas é a judicial (como foi o caso do MST no Rio Grande do Sul - acionado pelo Ministério Público local em 2008 - e como acontece quando lideranças de movimentos são processadas por suas ações); uma segunda forma é aquela que conta com a mediação dos grandes meios de comunicação da mídia comercial, num verdadeiro massacre moral orquestrado sobre os movimentos, noticiados como baderneiros, arruaceiros, invasores, perturbadores da ordem; e, por fim, uma terceira forma seria a desqualificação direta das lutas políticas e a deslegitimação de bandeiras ou de sujeitos políticos.

O processo de criminalização sempre esteve bastante presente na constituição de nossa democracia e, em alguns momentos, apresenta maior tensionamento, como aconteceu ao longo deste período. Como exemplos deste tensionamento, sinalizamos alguns episódios, como a criação da CPI das ONGs, no final do ano de 2006; a presença constante na mídia de denúncias no que se refere à criminalização de ocupações realizadas por movimentos como o dos Sem Terra e dos Sem Teto; a criação da CPI do Aborto e o reforço da abordagem criminalizante em relação aos movimentos de mulheres e entidades feministas; os limites governamentais

4. A ABONG NO BRASIL: INCIDÊNCIA NACIONAL

³ Leia editorial do Informe ABONG "Criminalizar movimentos é crime contra a democracia": http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19133

nos procedimentos no que se refere à regulamentação do acesso a recursos públicos, ocasionando constrangimentos para a sociedade civil em relação aos mesmos e limites para o debate real em torno da legitimidade da destinação de recursos públicos, com critérios, para financiamento da esfera pública.

É importante demarcar que as mudanças, processadas nas últimas duas décadas, junto ao perfil, natureza de ação e papel político das ONGs brasileiras, ocorreram com uma velocidade que interfere na nossa capacidade de construir o distanciamento e a perspectiva histórica necessários para entender a sua complexidade e as dinâmicas políticas que afetamos e que nos afetam. Agimos e refletimos no tempo presente, de forma bastante reativa e muitas vezes nos deixamos invadir pelo pragmatismo, o que interfere de modo bastante grave na nossa capacidade de construir estratégias com base em projetos e experimentá-las.

A complexificação e a diversificação das organizações sem fins lucrativos no Brasil também é um elemento que contribui para este cenário de criminalização, na medida em que se colocam todas as organizações em uma mesma condição, por falta de capacidade ou interesse em entender esta complexidade.⁴

Regulamentação

A ABONG, desde a sua fundação em 1991, defende a necessidade de um marco legal para as organizações da sociedade civil. Um marco legal alicerçado em três pilares: o reconhecimento da liberdade de organização da sociedade e da sua importância para a democracia; a melhor definição das áreas de políticas públicas em que organizações podem atuar (evitando a “terceirização” e a desresponsabilização do Estado); e a regulamentação do acesso a recursos públicos.

Tudo isso com base nos princípios republicanos da transparência e do controle social. Princípios estes que devem se estender para as empresas que acessam recursos públicos via BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por exemplo.

⁴ Leia mais sobre isso na seção desta publicação sobre gestão e desenvolvimento institucional, quando falamos sobre a pesquisa que levantou o número de organizações sem fins lucrativos no Brasil, em 2008, a Fasfil.

Para a ABONG, todas as formas de ataque que procuram deslegitimar um campo específico de organizações da sociedade civil e não encontram no espaço público democrático qualquer tipo de contraponto são maneiras de criminalizar lutas, bandeiras e sujeitos políticos, colocando-os sob suspeita e os questionando por princípio.

Neste período, portanto, o grande desafio da Associação foi o de construir uma contrarresposta a estes ataques sob todos os pontos de vista, buscando pautar na cena pública outras visões, atuando junto ao Congresso, aos espaços formais de participação e ao poder Executivo para construir um marco legal e, por fim, associando-se a outras organizações, redes, fóruns e movimentos deste campo político, para reforçar, potencializar e encampar as suas lutas e bandeiras, buscando fortalecer seu espectro de alianças e engrossar o coro de vozes que se levantam contra todas as formas de discriminação e opressão, na luta pela radicalização da democracia.

A economia blindada

A economia do Brasil continua sendo um grande desafio para os movimentos e organizações do país, em especial aqueles identificados com o campo político da ABONG. A questão que está em primeiro plano é a da participação social na definição das políticas econômicas e do modelo de desenvolvimento, baseado hoje no crescimento e no consumo, a serviço do superávit.

Fechado, tal qual uma caixa forte, o modelo econômico se blindava de qualquer intervenção por parte deste campo da sociedade e se constrói, com a ajuda da mídia comercial, como uma espécie de trunfo do país, especialmente após a sua “recuperação” diante da crise e seu reconhecimento pelo restante do mundo enquanto potência emergente. Na verdade, a crise evidenciou toda a fragilidade dos mecanismos de desenvolvimento e crescimento que o Brasil adota enquanto potência, jogando o jogo da verdadeira roleta que é o sistema financeiro internacional.⁵

No fundo, este modelo mascara um desenvolvimento obtido à custa da redução dos direitos, combinando a prioridade de

⁵ Leia uma análise sobre a crise no trecho desta publicação em que tratamos da conjuntura e das ações em âmbito internacional.

fortalecimento superavitário com o consequente contingenciamento de investimentos econômicos, viabilizadores de políticas públicas consagradas pela Constituição. Associa-se a isso a proliferação de programas distributivos, de forte cunho assistencialista, com vistas à redução dos patamares de pobreza e à inclusão das pessoas pobres pelo consumo.

Além disso, embora mobilize e convoque processos de debate público sobre diferentes políticas setoriais, o governo pouco reconhece deliberações e processos decorrentes de esferas públicas consagradas, como conselhos setoriais, que venham a questionar as suas ações estruturais e mesmo o padrão de democracia consolidada.⁶

É mais do que necessário ressaltar os dilemas postos aos movimentos sociais e à sociedade civil brasileiros após a devastação gerada pelo aprofundamento das opções neoliberais. Elas rebatem tanto na gestão da máquina pública, quanto no aprofundamento da crise. E também têm consequências sobre as formas organizativas e associativas e nos modos de vida. A criminalização das ONGs e movimentos, a complexificação deste campo e a necessária reflexão sobre os espaços de participação da sociedade nas políticas são alguns dos exemplos destas consequências.

Entre 2006 e 2009, alguns cenários foram emblemáticos em relação às características deste período. Em especial, podemos citar os seguintes marcos: o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007; a reforma política capitaneada pelo Congresso Nacional em 2008, que se resumiu a ajustes no campo eleitoral; e os anos de 2006 e 2009, marcados pelo clima eleitoral, mas sem grandes debates sobre projetos de cidades, estados ou de país.

PAC: símbolo e síntese do modelo de desenvolvimento

No ano de 2007, em janeiro, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para o período 2007-2010. Estimado em R\$ 503 bilhões, seu objetivo é promover “a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego

⁶ Trecho do documento “ABONG, a que será que se destina?”, disponível na íntegra no anexo I.

e a melhoria das condições de vida da população brasileira”. Ainda segundo o governo, o PAC consiste num conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura, e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.

O programa é um instrumento dentro da concepção do modelo de desenvolvimento imposto à população, que não incorpora a base social da agricultura familiar/campesina, a economia solidária e outras formas de produção e de relação com as riquezas, regional tanto do ponto de vista quantitativo como econômico, social e cultural.

Na ocasião do lançamento do Programa, a ABONG, por exemplo, alertou para os grandes desafios que tinha pela frente: “além de radicalizar a democracia, vamos radicalizar direitos. Para tanto, é preciso que as pessoas reconheçam o seu lugar no mundo, para que, organizada e coletivamente, compreendam como se opera a injustiça, ou seja, compreendam por que a maioria da população não está sendo chamada para participar, de uma forma cidadã, da construção de um projeto de desenvolvimento. É preciso formular uma crítica ao padrão de desenvolvimento, que desconstrua o mito da modernização e do crescimento”.⁷

Outras formas de pensar e fazer política

Já 2009 foi um ano marcado pelo debate sobre o término do segundo mandato do Presidente Lula e as negociações e disputas pela sua substituição nas eleições de 2010. Este aspecto é bastante significativo, na medida em que se avolumaram investimentos e políticas em programas de urbanização, acesso à renda e à moradia, com forte visibilidade e relação direta com o projeto de sucessão do atual governo.

A proximidade das eleições gerais também alimentou o acirramento das disputas de campos políticos diferenciados, acentuando pressões da mídia quanto à criminalização de movimentos sociais e organizações não governamentais.

7 Trecho do editorial do Informe ABONG “PAC - Versão nacional da (des)integração sul-americana”:
http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=18734

Também nesse ano, o país vivenciou mais uma forte crise institucional relacionada ao descontrole de uso de recursos públicos na Câmara dos Deputados, reforçando a abordagem histórica da ABONG sobre a fragilidade de controle social e de fiscalização sobre o funcionamento do Estado e da aplicação dos recursos públicos.

Em relação à questão da reforma política, os debates se intensificaram nos últimos anos. Enquanto o Poder Executivo e o Congresso apresentam suas propostas para a reforma de algumas leis, restringindo o processo a uma reforma eleitoral, os movimentos e organizações envolvidos na construção da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político Brasileiro seguiram discutindo formas de ampliar a abrangência da reforma, garantindo que o debate aconteça em torno de questões de fundo para a consolidação e ampliação da democracia no Brasil.

Hoje, pensar a política significa cogitar novas formas para o povo exercer o seu direito à participação e, por conseguinte, seu poder, que não se resume processos eleitorais ou a vida partidária. Para a ABONG, as eleições gerais são um momento importante para pautar os temas da ampliação da democracia no Brasil, da reforma política e do papel do país na América Latina e no cenário internacional. Trata-se de uma oportunidade de promover a reflexão em torno das possibilidades concretas de participação, do modelo de cidadania e dos reais mecanismos de garantias de direitos humanos que precisamos construir.⁸

4.2 Ações desenvolvidas no período

As ações da ABONG neste período foram marcadas pelo enfrentamento das questões nacionais e as consequências do cenário brasileiro na atuação política e também na sustentabilidade financeira da ABONG e suas associadas. Em geral, buscaram superar a barreira política colocada à frente dos debates sobre a questão econômica, as políticas assistencialistas, o modelo de desenvolvimento e o crescimento do país à custa do confisco de direitos.

Ganham destaque, neste sentido, as ações contra a criminalização de ONGs e movimentos sociais; a luta por uma reforma política

⁸ Leia o editorial “O que está em jogo nas eleições de 2010”: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20720

ampla, democrática e participativa; a luta pelos direitos humanos (questão racial, questão quilombola, questão da violência contra a mulher etc.); o direito à comunicação e à participação da sociedade civil nos debates sobre desenvolvimento e democracia na América Latina; além da cooperação internacional e das novas formas de participação política e do acesso a fundos públicos.

A divulgação do trabalho das associadas também recebeu maior atenção, principalmente por meio do site e da participação das mesmas em pautas do Informe ABONG. Esta visibilidade dada ao trabalho das associadas está relacionada a um grande desafio encarado neste período: o da regionalização da atuação da ABONG e a nacionalização da atuação dos regionais.

A seguir, relatamos as atividades realizadas entre 2006 e 2010 em âmbito nacional a partir de três grandes blocos de atuação:

- 1. pela regulação da relação entre sociedade civil e Estado no Brasil (que abrange as questões do marco legal e o acompanhamento das CPIs das ONGs);
- 2. junto a redes, fóruns e articulações da sociedade civil (no sentido de fortalecer a ação política de um campo identificado com os princípios e a missão da ABONG) e em espaços institucionais de participação social (com o intuito de exercer e reforçar a importância do controle social sobre as políticas públicas e também de lutar pela ampliação da democracia, restrita a seus espaços formais e representativos);
- 3. junto aos regionais, para capilarizar sua ação política e dar visibilidade e projeção à atuação das organizações na base, em seus estados e cidades.

1. Regulação, marco legal e CPI das ONGs

Desde a instalação da primeira CPI das ONGs (em 2001) até a terceira (que teve seus trabalhos prorrogados até novembro de 2009), temas como o acesso a recursos públicos, a sustentabilidade, o financiamento e o perfil das organizações que atuam no país

estão permanentemente na mídia, no debate público e na agenda política. O tom desta presença é o da criminalização por parte de setores conservadores, com ataques reais e acusações via discursos sobre corrupção e desvio de recursos públicos.

Em 2008, o Ministério Público do Rio Grande do Sul redigiu um relatório em que recomenda a dissolução do MST, a partir da declaração de sua ilegalidade, ameaçando extinguir o movimento.⁹ A ABONG apoiou e fortaleceu ações de resistência pública dos movimentos contra tais arbitrariedades e, em 2009, quando se criou a CPI do MST, a Associação também se posicionou.¹⁰

Se por um lado, a CPI - e outras ações em sintonia com a orquestra da criminalização - contribuíram para um desgaste do campo, por outro, colocaram na cena pública temas historicamente acumulados pela ABONG. A Associação converteu este cenário negativo em oportunidade de fazer o debate de forma mais profunda e complexa, contribuindo para pautar as questões que vem debatendo.

Uma das contribuições da ABONG se deu sob a forma de produção de documentos, notícias e instrumentos de intervenção e mobilização; outra foi a interlocução e o diálogo com organizações, redes, fóruns e movimentos da sociedade civil sobre o papel e o sentido político das ONGs no Brasil; e, por fim, a busca por incidir em espaços de articulação com a esfera da política institucional, via diálogo com frentes, parlamentares e assessores.

Além da CPI, um outro fato importante para a sustentabilidade das ONGs, e que se relaciona com as tentativas de controle de acesso a recursos, foi o decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, que regulamenta o artigo 116 da Lei 8666/93, a Lei de Licitações. A ABONG integrou uma articulação de organizações que negociou com o governo o adiamento da obrigatoriedade do uso do “pregão eletrônico” pelas ONGs que recebem recursos públicos, além de fazer propostas de ajuste da lei.¹¹

⁹ A ABONG publicou um boletim Informativo especial sobre criminalização dos movimentos sociais. Em matéria, mostrou a afinidade da população com o MST e suas bandeiras.
http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19135

¹⁰ Leia a nota sobre a criação da CPI contra o MST:
http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20133

¹¹ No editorial “Sinais de avanços no debate sobre o Marco Legal”, a ABONG se posiciona em relação ao pregão como forma de negar o acesso a recursos para algumas organizações, em especial as de pequeno porte.
<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18688>

Por conta desta produção, a ABONG se consolidou como um sujeito central e uma referência nacional neste debate e foi constantemente chamada publicamente (seja pela mídia ou para audiências com o governo e o Congresso) a responder sobre estes temas – o que ofereceu um espaço importante de disseminação de suas posições, ampliando a perspectiva de entender o setor e suas contradições, mas também, a necessidade de proteger-se frente a ataques sobre idoneidade e ação política.

Diversas notícias e posicionamentos públicos¹² foram divulgados neste período sobre o tema, e o site ganhou um espaço específico para facilitar o acompanhamento da CPI e da construção do marco legal, em especial por parte das associadas. Documentos,¹³ instrumentos de mobilização e notícias de acompanhamento do processo são constantemente atualizados.

Em 2008, o lançamento da pesquisa Fasfil foi um dos temas pelos quais a ABONG foi mais solicitada a se pronunciar pela mídia. Em 2009, o tema mais recorrente nos contatos de jornalistas foi a relação entre a crise financeira e a sustentabilidade das ONGs.¹⁴

A visão que a ABONG procurou difundir no monitoramento deste processo foi a de que a crise de sustentabilidade política e financeira das ONGs e movimentos precisa ser enfrentada tanto pelas ONGs e movimentos quanto por seus parceiros e apoiadores, para superar o risco de enfraquecer os sujeitos políticos que nas últimas décadas têm dado uma contribuição decisiva para a transformação da nossa sociedade e para a democracia, por meio de suas ações de pressão política e acompanhamento crítico das ações governamentais.

PROJETO DE LEI

A ABONG sempre atuou na perspectiva de que - mais do que jogar suas energias em uma CPI das ONGs, que trata de maneira uniformizada e pejorativa sujeitos sociais tão diferentes - o Congresso precisaria trabalhar na definição de uma nova legislação que regulasse todas as organizações sem fins lucrativos e reconhecesse as suas complexidades e diferenças, afirmando um conceito democraticamente amplo do que é fim público.

¹² Exemplos são os editoriais “Quem financia as políticas públicas e quem se beneficia dos recursos públicos no Brasil?” (http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19034); “CPI das ONGs: transparência, democracia e o papel da sociedade civil” (http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=18870) e “Sobre a instalação da CPI das ONGs” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=18936)

¹³ Nesta seção estão disponíveis os documentos “Reflexões sobre a proposta de marco legal das ONGs” (http://www.abong.org.br/final/reflexoes_PL_Mauri.doc); “Princípios e propostas da ABONG para uma regulação de acesso e utilização de recursos públicos para organizações sem fins lucrativos no Brasil” (<http://www.abong.org.br/final/download/Principios%20defendidos%20pela%20ABONG.doc>); “Fundações querem harmonizar legislação, ONGs defendem debate profundo” (http://www.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18470); “Princípios defendidos pela ABONG com relação a construção de um Marco Legal” (http://www.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18242); além do Projeto de Lei da ABONG sobre marco regulatório (http://www.abong.org.br/final/Microsoft%20Word%20-%20PL_ABONG-%20julho%202009.pdf).

¹⁴ Veja mais informações no anexo II, que traz os números da comunicação no período.

Nesse sentido, um destaque foi o investimento da ABONG na construção de um projeto de lei para instituir novas formas de acesso e uso de recursos públicos para organizações da sociedade civil que trabalham na área de defesa de direitos humanos e promoção de justiça social. O projeto resulta de um processo de debate nos regionais e de consolidação de um primeiro documento feito pelo Conselho Diretor. Além da conquista da proposição de uma regulação, o processo de construção do PL representou um avanço no debate sobre sustentabilidade do campo e para o fortalecimento institucional da ABONG.

Em 2007, a ABONG lança a publicação “Um novo marco legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática”, com propostas concretas sobre a questão. Durante o ano, vários regionais fizeram atividades tendo esta publicação como referência.¹⁵

Alguns princípios da ABONG foram traduzidos em propostas no projeto de lei. Um deles é a defesa de uma legislação que possa impedir que entidades sejam utilizadas por governantes com a finalidade de contornar dispositivos legais, terceirizar políticas públicas e desviar recursos. Além disso, coloca-se no centro do debate a necessidade de transparência no trato dos recursos públicos por todos os agentes têm acesso que a eles.

Ou seja, com o instrumento, a ABONG afirma que é necessário que haja um rigoroso controle social da ação desenvolvida por qualquer tipo de organização no país, seja ela governamental, privada com fim lucrativo e privada sem fim lucrativo. Entretanto, o governo deve desenvolver parâmetros legais bem definidos, para que o controle de atividades ilegais não criminalize as organizações e os movimentos que têm lutado pelos direitos humanos e realizado ações na direção de um desenvolvimento realmente sustentável e com justiça social.

O Projeto de Lei proposto pela ABONG institui o Termo de Financiamento Público Direto. O documento na íntegra está disponível no site da ABONG http://www.abong.org.br/final/Microsoft%20Word%20-%20PL_ABONG-%20julho%202009.pdf

¹⁵ Disponível para download em: <http://www2.abong.org.br/final/download/Marco%20Legal.pdf>

■ 2. Redes, fóruns, articulações e espaços de participação

Para a maioria das organizações associadas à ABONG, o controle social e a pressão para a efetivação de políticas públicas são os centros de sua ação em defesa dos direitos civis e políticos dos diversos setores excluídos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a ABONG tem como uma de suas prioridades fortalecer a capacidade destas organizações para que sejam cada vez mais bem sucedidas no seu trabalho. Daí o investimento na mobilização para processos de conferências nacionais, a atuação em redes e a incidência em espaços de discussão de políticas públicas.

Estas estratégias, ainda que se dêem em espaços políticos diferenciados, se encontram em um mesmo âmbito de atuação: o qual busca o fortalecimento mútuo das organizações e a potencialização de suas iniciativas com o trabalho conjunto e articulado, para incidir nas políticas e na cena pública. As perspectivas do controle social e da ampliação da democracia são traços comuns da ação nas redes e fóruns e nos espaços formais de participação.

ATUAR ARTICULANDO

A articulação em redes é uma estratégia fundamental na ação da ABONG. O diálogo com outras organizações e movimentos reforça mutuamente as lutas, permite que a Associação encampe novas bandeiras e reconheça novos sujeitos políticos ao longo de sua história. Além disso, são processos que, através de diferentes estratégias, propõem mudanças no modelo e oferecem contribuições concretas para sua implantação.

Neste período, alguns destaques da ação em rede da ABONG foram: o diálogo com a Assembleia Popular e a construção do Plebiscito Popular (2007); a construção da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro (desde 2005); a atuação junto ao movimento de comunicação, na Campanha “Concessões de Rádio e TV: quem manda é você” (2007) e no movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação (2009); a participação nas Conferências Estaduais de Direitos Humanos, na

Conferência Nacional (2008) e a mobilização em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos (2009/2010); e a parceria com a Rede de Tecnologia Social (RTS).

O processo da Assembleia Popular (AP) é uma articulação que tem como principal objetivo devolver ao povo o direito de participar e de defender os interesses do conjunto da coletividade, ou seja, a democracia participativa. Inúmeros movimentos sociais, organizações de diversos setores da sociedade vêm construindo este processo desde 2005 e debatendo um novo projeto de Brasil.

Em 2007, a AP realizou a campanha do Plebiscito Popular sobre questões relativas a recursos naturais, reforma da previdência e direitos sociais, conhecido como Plebiscito da Vale do Rio Doce. O plebiscito teve como princípio fundamental a participação do povo brasileiro na definição dos rumos do país, e a defesa da soberania, valores compartilhados pela ABONG.

Para a Associação, o plebiscito teve um papel de sensibilização e formação fundamentais à sociedade brasileira em relação a diversos aspectos como a defesa da soberania do país, a preservação dos recursos naturais, o cuidado com as finanças públicas e com os setores estratégicos como o minério, e a defesa de um desenvolvimento estratégico para o Brasil soberano, ambientalmente justo e economicamente solidário.

A ABONG atuou na organização deste processo dando voz aos seus sujeitos e visibilidade às suas bandeiras de luta.¹⁶

Também no sentido da ampliação da democracia, se situa a mobilização em torno da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro.¹⁷ Desde 2005, diversas organizações, redes e fóruns do país se organizam em torno da plataforma e seus cinco eixos: 1) fortalecimento da democracia direta; 2) fortalecimento da democracia participativa; 3) aperfeiçoamento da democracia representativa; 4) democratização da comunicação e da informação; e 5) transparência e democratização do Poder Judiciário.

¹⁶ Exemplo desta atuação é o editorial "Assembleia Popular e Plebiscito sobre a Vale: um mutirão pelo Brasil que queremos": http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=18876

¹⁷ A articulação possui um site com o qual a ABONG colabora com produção de conteúdo: www.reformapolitica.org.br

A articulação parte do princípio de que a democracia brasileira aponta para processos de esgotamento nas formas de representação em diferentes espaços, especialmente os relacionados à democracia representativa ou delegativa. Neste período, esta premissa foi reforçada pela reforma restrita realizada pelo Brasil em 2008, com Executivo e Congresso negociando seu tamanho e sua medida como forma de responder às crises institucionais permanentes geradas por denúncias de corrupção, crise em torno da legitimidade dos partidos e fragilidade de efetivação dos avanços legais no campo dos direitos.

A reforma política capitaneada pelo Congresso em 2008 se resumiu a ajustes no campo eleitoral. Os movimentos e organizações articulados na Plataforma reagiram, promovendo mobilizações, audiências e diálogos com parlamentares sobre a necessária ampliação da reforma.

A ABONG reforçou estas ações, produziu documentos, boletins e deu visibilidade a esta questão, buscando pautar a mídia e o debate público com uma outra visão de democracia.¹⁸

Um dos eixos da plataforma da reforma política é a comunicação. A aproximação deste movimento foi central na ação da ABONG no último período. Em 2007, a Associação estabelece parcerias com as organizações Intervozes e Artigo 19. A primeira começa a construir a participação da ABONG nos processos mais gerais de debate da comunicação como direito¹⁹ e a segunda insere a ABONG nas pautas do acesso à informação pública.

Esta movimentação – em torno de uma das prioridades da Assembleia de 2006, de dar ênfase à atuação pelo direito à comunicação – marcou a entrada da ABONG em processos amplos de articulação da sociedade e em espaços de participação relacionados a este tema. A ABONG acompanhou, em 2006, a formação da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação no Encontro Nacional de Direitos Humanos, que teve como tema os direitos da comunicação. Em seguida, a comissão virou um movimento e a Campanha “Concessões de rádio e TV: quem manda é você”, em 2007, engrossou a mobilização rumo à conferência. Em

¹⁸ São exemplos desta ação, as matérias publicadas no site da ABONG, no boletim Informes ABONG e os posicionamentos públicos e editoriais divulgados neste período, como “

Por uma reforma política ampla, democrática e participativa” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18735>);

Lançada a frente parlamentar pela reforma política com participação popular” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18756>); “

Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18754>)

“Movimentos e ONGs pela reforma do sistema político no Brasil” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18680>); “

Construindo a Plataforma da Reforma do Sistema Político Brasileiro” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18656>); “

Construindo uma plataforma para a reforma do sistema político brasileiro” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18573>); “

Reforma política e participação popular” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18572>); “

Uma outra Reforma Política é possível” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=14404>); e “

Reforma Política: Novas estratégias” (<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18957>).

¹⁹ A parceria com o Intervozes também resultou na produção de diversos documentos e posicionamentos públicos. A partir desta interlocução, a ABONG foi convidada a participar de eventos sobre a temática e fez parcerias em publicações, como a Revista da TV Digital, disponível em:

<http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/TVDigital.pdf/view>

2009, foi realizada a Conferência Nacional de Comunicação, em que a ABONG esteve presente e buscou reforçar e dar visibilidade às pautas do movimento da área.²⁰

Com resoluções consideradas vitoriosas pelas organizações setoriais da comunicação, a Confecom gera um movimento de resposta por parte dos empresários da comunicação no Brasil. O bom resultado da conferência é sentido no lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), no final do ano de 2009. Os empresários e setores conservadores da comunicação saem em defesa de uma suposta liberdade de expressão e criticam duramente o Programa.

O PNDH3 é alvo de críticas por completo e não apenas em relação às propostas de comunicação. De um lado, de mãos dadas com a mídia comercial, as forças armadas, a ala conservadora da Igreja e o agronegócio atacam as resoluções do Plano e os responsáveis por elas. Do outro, entidades e organizações que participaram da construção do texto por meio de conferências municipais, estaduais e nacional, e que enxergam o Plano como mais um passo para a efetivação dos direitos humanos no Brasil.²¹

A ABONG se coloca novamente ao lado dos que defendem os direitos humanos se posicionando publicamente em favor do Plano ao assinar, em conjunto com outras redes, uma nota pública.²² Além disso, acompanha o tema por meio de seus instrumentos de comunicação e dá visibilidade à luta das associadas, como, por exemplo, das organizações de mulheres.²³

A mobilização do PNDH foi uma das ações em torno do tema amplo dos direitos humanos neste período. Em 2008, a ABONG deu ênfase na mobilização de associadas para as Conferências Estaduais de Direitos Humanos e, de forma articulada ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, participou também da Conferência Nacional. Além disso, a Associação participou de várias atividades de debate relacionadas aos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, aos 20 anos da Constituição de 88²⁴ e aos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.²⁵

²⁰ Exemplos são o editorial “Sobre direitos humanos, Confecom e democratização das comunicações” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20585), a matéria “1ª Conferência Nacional de Comunicação discute direitos e cidadania” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20587) e a entrevista “A Sociedade civil precisa se unir para garantir a efetivação das propostas aprovadas pela Confecom” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20588) publicados no Informe ABONG.

²¹ Leia matéria publicada no Informe ABONG: “PNDH 3: polêmica e desdobramentos”: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20586

²² Leia a nota pública das redes sociais: “PNDH III e a luta pelos direitos humanos no Brasil”: <http://www.abong.org.br/final/noticia.php?faq=20545>

²³ Leia matéria “PNDH 3 é tema de audiência da Câmara dos Deputados”: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20721

²⁴ Leia editorial: “Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular”: http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19365

²⁵ Leia o editorial: “ECA 18 anos: avanços e desafios na maioridade da lei” <http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19121>

A ABONG manteve, também, sua participação na Rede de Tecnologia Social (RTS), espaço em que participam empresas privadas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

A Tecnologia Social é definida como produtos, técnicas, metodologias reaplicáveis, desenvolvidas com a comunidade, como possibilidades de efetivas soluções de transformação social, porque considera as condições sócio-econômicas e culturais locais, e estimula do planejamento à execução e avaliação dos processos, a participação da comunidade como sujeito, respeitando seus saberes e possibilitando o intercâmbio com outros saberes mais sistematizados.

A Rede tem dado apoio a projetos inovadores, além de fomentar a difusão de experiências em tecnologia social. A ABONG participa dos Grupos de Trabalho de Sistematização e Monitoramento e procura divulgar entre suas associadas os debates, conceitos e oportunidades da Rede.

Todas estas articulações caminham no sentido da radicalização da democracia e da construção de um outro sistema político e modelo econômico para o Brasil. Por meio da intervenção nestes espaços, a ABONG (e seus parceiros) estão avançando na identificação e no exercício de novas formas de participação e de controle social.

Neste período, a ABONG também assinou e divulgou notas, manifestos e posicionamentos fortalecendo lutas e campanhas importantes. Alguns exemplos são: a luta pela demarcação da reserva indígena Raposa Terra do Sol²⁶; a Campanha “Lutar por Direitos Humanos não é Crime”²⁷; a Campanha “Fala Educador! Fala Educadora”²⁸; a Declaração de São Paulo pelos Direitos das Pessoas com Deficiência do Brasil; o manifesto “Em Defesa dos Direitos Quilombolas”²⁹; a nota da ABONG sobre a CPI do Aborto³⁰; a Campanha Ficha Limpa, conduzida pelo Movimento Nacional Contra a Corrupção Eleitoral³¹ e a mobilização dos movimentos ambientalistas para a COP 15.³²

²⁶ Leia o editorial “Construção cidadã ou demarcação em ilhas” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19149>) e a matéria “Ação orquestrada pela não-demarcação já dura 30 anos” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19150>).

²⁷ Leia matéria “Campanha afirma: lutar por direitos humanos não é crime”: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19316>

²⁸ Leia a matéria “Campanha pede liberdade de expressão a educadores/as”: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19282>

²⁹ Leia o manifesto: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19077

³⁰ A nota está disponível em: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19398>

³¹ Leia matéria sobre a campanha: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=12862>

³² Ambientalistas cobram postura mais contundente do governo na CoP-15 <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=20408>

MULHERES

³³ Leia as matérias “Rejeição do PL que descriminaliza o aborto não encerra luta das mulheres” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19136) e “Frente pela legalização do aborto luta contra a criminalização das mulheres” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20455) e o editorial “Câmara dos Deputados: Tudo para Igrejas nada para as mulheres” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20132).

³⁴ Alguns editoriais publicados são: “8 de março: dia internacional da mulher” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19054), “8 de Março é dia de luta das mulheres” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19462) e “Mulheres, e daí?”: (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19461).

³⁵ Leia a matéria: “Participação das mulheres cresce, mas ainda é insuficiente” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19100) publicada no Informe ABONG sobre o Informe sobre Democracia e Desenvolvimento na América Latina.

³⁶ Leia matéria: “Mulheres discutem conteúdo e miram políticas de comunicação” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19142)

³⁷ Como em: “PE: Crise financeira é um dos temas do Encontro Estadual de Mulheres” <http://www.abong.org.br/final/noticia.php?faq=19457>) e “PB: Associação das Domésticas e CENTRAC lançam Campanha pela Valorização do Trabalho Doméstico” (<http://www.abong.org.br/final/noticia.php?faq=19459>)

³⁸ Exemplo é a matéria “A voz das mulheres no contexto eleitoral” (http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19225)

³⁹ Referência ao texto “Participação da ABONG em espaços públicos: propostas e consensos para a definição de uma plataforma política de atuação”

Um tema de destaque deste período foi o dos direitos das mulheres. A ABONG desenvolveu uma série de ações para dar visibilidade às lutas das mulheres, se posicionou contra a criminalização daquelas que fazem aborto³³, publicou posicionamentos³⁴ e boletins sobre o tema e buscou inseri-lo em espaços de atuação internacional.³⁵ Durante o período, contribuiu para pautar questões emergentes³⁶ e vozes dissonantes na cena pública (além das vozes de suas associadas³⁷) em momentos em que a pauta e a agenda pública sobre as mulheres são restritas – e muitas vezes festivas, deixando de lado a questão dos direitos -, como no dia internacional de luta das mulheres e nas eleições.³⁸

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

A articulação da ABONG com movimentos sociais, redes e organizações do campo se dá em vários espaços e temáticas, tendo sempre como foco a sua relação com processos relacionados com a revisão estrutural do modelo de participação, de desenvolvimento e democracia.

Este período foi marcado pela necessidade da ABONG avaliar a efetividade destes espaços de participação e analisar criteriosamente a continuidade da atuação em alguns deles. Em paralelo, a Associação levou a cabo a política pactuada³⁹ na Assembleia anterior em relação a estes espaços. O esforço deveria ser também no sentido de enfrentar possíveis fragmentações na atuação da Associação e assegurar uma participação qualificada, repactuando agendas e responsabilidades.

Em 2007, a ABONG passou a integrar o GT PPA - Grupo de Trabalho sobre participação popular na elaboração do Plano Plurianual, que tem como objetivo construir em conjunto com outros atores a proposta de participação da sociedade civil no ciclo orçamentário. Neste processo, buscou ouvir movimentos e organizações e defender no GT uma proposta realmente participativa.

Com esta perspectiva, a ABONG manteve sua estratégia de construção da incidência em temáticas específicas por meio do sistema institucionalizado de Conselhos e Conferências, entendendo que esta é, entre as associadas, uma prática bastante exercida para intervir na elaboração de políticas públicas ou pressionar para sua efetivação. A principal iniciativa neste sentido foi a de produzir e disseminar informações para criar condições de as associadas participarem.

Neste período, o foco da ABONG esteve em temas como assistência social e direitos humanos, que perpassam questões que têm relação com o trabalho do conjunto das associadas, sendo inclusive referência, ao disseminar informação e análises, dos processos estaduais e municipais.

Além disso, a ABONG participou de processos de construção e divulgou debates em relação à construção de políticas em algumas temáticas novas na sua agenda, como a segurança pública e o direito à comunicação. Em paralelo, reforçou a atuação em setores em que há sérios indícios de retrocessos, como é o caso da assistência social, da maioria penal e da legalização do aborto.

Através desta atuação, a ABONG não só contribui para o fortalecimento das lutas, mas também amplia e diversifica suas alianças políticas, incidindo de fato em processos de construção de políticas públicas que garantam direitos.

No Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a ABONG atuou por sua reestruturação e fortalecimento após as denúncias de corrupção e de venda de certificados de beneficência, que geraram, a partir da pressão da sociedade e de movimentos sociais, a constituição do chamado GT Agenda, do qual a ABONG fez parte.

As eleições para o CNAS, em junho de 2008, foram marcadas por um forte processo de desgaste na imagem pública do Conselho. A Operação Fariseu, realizada pela Polícia Federal, desmontou um esquema de corrupção dentro do conselho e fez com que organizações (dentre elas integrantes do Fórum Nacional

de Assistência Social - FNAS e da ABONG) exigissem a suspensão do processo eleitoral, prorrogando-o por 90 dias. A ABONG se posicionou publicamente pela reformulação e o fortalecimento do CNAS⁴⁰, tornando públicas as questões que estavam em jogo.

Na Conferência de Comunicação, a Associação se juntou ao movimento setorial numa batalha pela garantia de sua realização⁴¹. Em seguida, contribuiu na formulação de propostas para discussão no encontro e, depois de sua realização, para a efetivação de suas resoluções e criação de institucionalidades que possam garantir a continuidade do processo de discussão em torno das políticas do campo.⁴²

Já na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009), a ABONG esteve representada no Fórum Preparatório, que teve como objetivo delinear estratégias e ações para a realização do evento. No processo, a Associação avaliou que esta é uma temática central e que tem interface com as de várias das associadas: educação, direitos humanos, discriminação de gênero e racial, justiça social, direitos da cidade, juventude etc.⁴³

Em 2008, a ABONG realizou o seminário “Violência e segurança pública no Brasil: outros olhares, outros rumos” em parceria com Ilanud - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente e a FES - Fundação Friedrich Ebert.⁴⁴ O objetivo do encontro era de analisar as diversas perspectivas para abordar a questão da violência e refletir criticamente sobre as políticas de segurança pública. O seminário qualificou o debate da ABONG em relação ao tema, e as principais questões debatidas no encontro foram publicadas em um boletim especial.⁴⁵

■ 3. Os regionais e o diálogo local-nacional

O fortalecimento da sustentabilidade política e financeira das organizações associadas e a conquista de uma maior interação entre os âmbitos regional, nacional e local da ABONG foram desafios colocados para a Associação em sua Assembleia em 2006, sob a forma de prioridades políticas.

⁴⁰ Leia o editorial: http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19117

⁴¹ Leia mais sobre o movimento pró-conferência no trecho deste texto sobre a articulação em redes na área da comunicação.

⁴² Algumas matérias oferecem mais detalhes sobre a atuação da ABONG no processo da Confecom: “Convocada a I Conferência Nacional de Comunicação. E agora?” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19580>); “Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação organiza seminário de formação com apoio de CESE e ABONG” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19899>); “Conferência precisa avançar em relação ao controle social da mídia” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=20078>) e o editorial “Sobre direitos humanos, Confecom e democratização das comunicações” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=20585>).

⁴³ Leia a matéria “Conferências Livres são etapas preparatórias para Conferência Nacional de Segurança Pública” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19763>) e o editorial “Segurança pública no Brasil” (<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=13930>).

⁴⁴ Leia mais: “ABONG realiza seminário para discutir violência e segurança pública”: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19464>
<http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19535>

⁴⁵ Leia a matéria “Segurança pública deve ir além da militarização e da proteção ao patrimônio”: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19535>

Neste período, a ABONG buscou, por um lado, desenvolver ações que fortalecessem a capacidade das organizações de participar de processos de discussão sobre políticas em âmbito nacional e internacional; e, por outro, dar visibilidade e potencializar processos locais de articulação e mobilização capitaneados pelas associadas.

Esta é uma fórmula que tem funcionado em muitos casos, mas o vínculo com a base social da ABONG de modo geral é um dos desafios colocados para o próximo período. Alguns fatores – como as dificuldades financeiras, de gestão e de comunicação das organizações – têm pautado dentro da Associação o debate sobre esta relação.

Entre as ações que buscaram fortalecer as associadas e regionais, instrumentalizando-as para a ação política, destacam-se a oficina de comunicação estratégica (2007), o incentivo e a produção de informações para participação nos fóruns regionais e locais ligados ao processo FSM; e o fomento à participação em mobilizações nacionais, como a Assembleia Popular e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro. Houve também um esforço de promover uma capilarização da discussão sobre o PL do marco legal nas regionais, por meio de visitas da assessoria jurídica e de integrantes da diretoria executiva, para oficinas de formação e discussão do documento.

Algumas iniciativas pontuais realizadas neste período também foram consideradas casos bem sucedidos desta relação, como a que ocorreu em torno das eleições municipais no segundo semestre de 2008. As associadas participaram intensamente dos processos locais com a organização de debates sobre o contexto eleitoral, as agendas relevantes a serem debatidas nos municípios e o fortalecimento de projetos de um campo de defesa de direitos e da cidadania. A ABONG publicou no seu boletim quinzenal um especial sobre eleições com as atividades desenvolvidas pelas organizações.⁴⁶ O boletim foi considerado uma iniciativa que estabeleceu uma ligação entre a ação nacional e as ações locais.

Há uma percepção de que esta iniciativa de consulta às associadas para a produção do boletim pode ser uma boa

⁴⁶ Leia o editorial “As eleições e a luta pela construção de outras cidades”: http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19221 e a matéria “Organizações constroem plataformas setoriais e regionais para incidir no processo eleitoral”: http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19222

estratégia de reforço do pertencimento das organizações à Associação. Ainda que o retorno às consultas que foram feitas neste período tenha sido considerado baixo, entende-se que os instrumentos de comunicação podem estar a serviço de uma aproximação dos âmbitos nacional-local da ABONG. É preciso analisar e avaliar melhor esta estratégia. Tendo clareza de sua relevância, é possível construir linhas de ação mais explícitas de construção da comunicação a partir de um diálogo mais sistemático com as associadas.

A Oficina sobre Comunicação Estratégica foi realizada em 2007 em São Paulo, com a presença de representantes de todos os regionais da ABONG. A iniciativa foi coordenada pelo Programa de Desenvolvimento Institucional, e pela área de comunicação da ABONG, em parceria com o Intervozes. Como resultado, foi elaborado um documento sobre práticas de comunicação das associadas e teve início uma discussão sobre a política de comunicação da ABONG. A oficina também serviu para fortalecer um entendimento das associadas e regionais sobre a comunicação como direito e para deflagrar a articulação de uma rede de comunicadores da ABONG.⁴⁷

A estratégia de incentivo à participação em mobilizações nacionais tem dois grandes expoentes: Assembleia Popular e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro. A ABONG produziu e disseminou conhecimento, análises e informações regulares sobre estes processos, tanto para regionais quanto para associadas.

A participação de diretores regionais foi essencial para a ABONG conseguir um resultado mais significativo nos espaços de participação e articulação de que faz parte. Alguns exemplos de atuação de diretores regionais são no Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos (papel de controle social sobre as ações de políticas de educação para direitos humanos), na Conferência Regional de revisão da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban e no GT Diálogo Social, do qual participam FES, Observatório Social, Dieese e Oxfam.

⁴⁷ Leia mais sobre a oficina no trecho desta publicação sobre Gestão e desenvolvimento institucional.

Atividades dos regionais

AMAZÔNIA

O planejamento estratégico do regional estava dividido em três prioridades: a defesa do desenvolvimento sustentável com garantia de direitos humanos na Amazônia; o fortalecimento da sustentabilidade das associadas; e o aprimoramento do regional para se fortalecer enquanto sujeito político.

O grande destaque deste período foi a participação na construção do FSM 2009, em Belém. As associadas tiveram um papel central na organização e articulação para o encontro e na rearticulação do Fórum Pan-Amazônico, com a criação de comitês estaduais de mobilização. Dentro das atividades realizadas para o processo, esteve uma oficina “Como comunicar o FSM 2009 no Maranhão” e a organização do Fórum Social Maranhense (ambas em 2008).

Além da mobilização das associadas para as Conferências Estaduais de Direitos Humanos e preparação para 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2008), ainda foram realizadas outras atividades, como a oficina sobre o marco legal e acesso a fundos públicos (2007) e o Seminário Regional de Agroecologia (2008).

NORDESTE I

Com uma coordenação colegiada de três pessoas (duas de Pernambuco e uma da Paraíba), o regional fez um esforço para ampliar a participação das associadas de outros estados na sua ação política. Foram realizadas visitas às organizações para debater a ação política da ABONG. As atividades deste período tiveram como destaque os temas de sustentabilidade das organizações e os processos preparatórios para o FSM.

Em relação ao Fórum Social Mundial e seus processos regionais e temáticos, o regional esteve presente no II Fórum Social Nordestino, em Salvador (2007). O Comitê paraibano participou do lançamento do II Fórum Social Paraibano (2007). Além disso,

promoveu uma oficina de preparação para o Fórum Social Mundial com o tema “Construção, implementação e controle social de políticas públicas, para democratização do Estado” (2008). Outras quatro oficinas debateram a estrutura e os eixos temáticos do FSM (2009). Na Paraíba, foi realizada uma oficina sobre cultura política e comunicação. Cento e cinquenta pessoas de diversos movimentos sociais de Pernambuco foram a Belém do Pará. O regional participou também da Caravana Juventude e Comunicação do FSM 2009.

O Seminário sobre a Sustentabilidade das ONGs (2008) se juntou a outras iniciativas para discutir o tema neste período, como o encontro regional sobre acesso a recursos públicos e privados, que contou com a oficina de sustentabilidade político-financeira - compartilhando iniciativas e experiências (2008). Além deles, foi realizado o Encontro Regional sobre Identidade ABONG (2009).

Outras ações desenvolvidas pelo regional foram: a participação na elaboração do projeto de lei referente à criação e instalação do Conselho da Transparência Pública do Município de João Pessoa (2007); a Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-Árido na Paraíba (2007); o Ciclo de Encontros e Conferências de Segurança Pública e a participação na Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública (2009).

NORDESTE II

O desenvolvimento institucional e a legitimidade política das organizações foram destaques das ações do regional. Em 2007, foi realizada uma discussão sobre comunicação em Salvador como desdobramento da Oficina de Comunicação Estratégica organizada pela ABONG. Também se promoveu um Debate sobre “Marco Legal, CPI das ONGs e identidade institucional” (2007). O regional participou do seminário sobre sustentabilidade promovido pelo Nordeste I, produziu um diagnóstico da sustentabilidade das associadas ABONG e uma oficina sobre acesso a fundos públicos europeus (2008).

O processo do FSM foi outro ponto forte da atuação do regional, que esteve presente no II Fórum Social Nordestino na articulação,

preparação e organização do encontro (2007) e no Fórum Social Mundial em Belém (2009).

A diretoria do regional, composta por uma coordenação colegiada de quatro pessoas, representou a ABONG na 1ª Conferência Nacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na cidade de Luanda, em Angola (2009).

Destaca-se também uma iniciativa de articulação local junto a outras ONGs, movimentos e redes sociais da Bahia (2008) para elaborar documentos e cartas com reivindicações para o governo estadual. A intenção era avaliar o processo de participação social no governo.

NORDESTE III

Quando a CPI das ONGs foi criada, em 2007, o regional Nordeste III teve uma grande oportunidade de qualificar a visibilidade das organizações da região. Pelo fato de o relator da matéria, o senador Inácio Arruda (PCdoB), ser natural do Ceará, as organizações locais foram fortemente demandadas a se posicionar em relação ao processo.

O regional estabelece então como prioridade uma estratégia qualificada de ocupação da mídia e comunicação. Contrata uma assessoria de imprensa, que consegue levar à cena pública os diferentes olhares sobre a CPI e sobre o campo das organizações como um todo, trazendo à tona o projeto político da ABONG.

A comunicação se juntou a outros temas e ações no planejamento do regional, que tinha como grande meta contribuir para a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento sustentável para a radicalização da democracia. Os outros temas eram: Reforma Política, FSNE II e PAC; e a mobilização de recursos para garantir a realização das ações e de contribuir com as associadas.

Neste sentido, realizou diversas ações dentro do processo FSM, como a articulação do Comitê Cearense do FSNE, o Seminário “Os Desafios do Ceará para que um outro Nordeste seja possível” (2007)

e o Seminário Estadual em preparação ao Fórum Social Mundial (2008). O Seminário trouxe o debate sobre os desafios do FSM 2009, fazendo a conexão das questões gerais com as questões políticas e sociais do Ceará. Também foram realizadas plenárias do Comitê Cearense Pro Fórum Social Mundial.

No Rio Grande do Norte, foi realizado um seminário aberto para não associadas sobre desenvolvimento e direitos humanos (2007) e no Piauí aconteceram duas atividades para discutir o Marco Legal (2007).

Outros momentos marcaram a atuação do regional em relação à sustentabilidade político-financeira das organizações, como o debate sobre acesso a fundos públicos e o lançamento da cartilha “Um novo Marco Legal para as ONGs no Brasil – fortalecendo a cidadania e a participação democrática” (2007). Em 2008, o regional participou do seminário sobre sustentabilidade promovido pelo Nordeste I. Além disso, participou do Seminário sobre captação de recursos, sustentabilidade e cooperação internacional por ocasião do lançamento do livro “Mobilizar para Transformar” em Fortaleza (2009) e realizou uma discussão sobre o Projeto de Lei elaborado pela ABONG como contribuição para o debate do marco legal das ONGs (2009).

SÃO PAULO

A atuação do regional São Paulo foi marcada pela diversidade: desde as reuniões de planejamento e pequenas oficinas até a parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política - Fesp para a realização do curso de especialização em Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos (2010), passando pela integração de comissões de julgamento de prêmios.

O tema da sustentabilidade foi um destaque, mas os demais temas e cenas estiveram presentes nas suas ações, como, por exemplo, nas Rodas de Conversas sobre o Aquecimento Global (2007), sobre o tráfico de pessoas (2007) e sobre a Educação Popular Hoje (10 anos de memória e presença de Paulo Freire – 2007). A questão racial também esteve presente com a participação no

Ciclo de Debates promovido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial “Ações afirmativas como estratégias para ampliação da democracia” (2007) e os temas da democracia foram tratados na participação no Plebiscito da Vale do Rio Doce com instalação de urnas e ações de formação (2007).

O regional também compôs o Grupo de Trabalho Diálogo Social junto com o Dieese, IDEC, FES, IOS, Instituto Primeiro Plano, OIT e Oxfam Internacional que resultou na elaboração da publicação “Diálogo Social: para ampliar a cultura democrática no Brasil (2009).

A Mostra das ONGs associadas é uma atividade que trabalha a questão da sustentabilidade das organizações e busca dar visibilidade ao campo político da ABONG e contribuir para a disputa de sentidos em relação ao que é ser ONG. Além disso, tem como objetivo promover a integração entre as organizações e suas bandeiras de luta, incentivando também ações de apoio mútuo e intervenção coletiva. Em 2010, ela será realizada durante a Assembleia da ABONG em São Paulo. Outras atividades relacionadas ao tema foram: o Seminário Recursos Públicos Federais – possibilidades e obstáculos para o acesso (2007) e o debate sobre CPI das ONGs (2007). Além disso, o regional participou do lançamento do livro “Mobilizar para Transformar” (2008).

No processo FSM, o regional esteve presente no Fórum Social Nordestino (2007) e no FSM em Belém (2009).

A diversidade de formas de atuação do regional está presente na integração das comissões julgadoras dos projetos do Prêmio Betinho (2007 e 2009) e dos projetos do Prêmio Paulo Freire (2007 e 2009), além da dos projetos do Prêmio Itaú-Unicef (2008).

SUDESTE

O regional se organizou com uma coordenação colegiada de quatro participantes e com quatro grupos de trabalho: direito à comunicação, comunicação Institucional, regionalização e regulação Estado / Sociedade.

Realizou algumas atividades, das quais destacamos: uma oficina sobre Marco Legal e um evento em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ambos em 2008).

A direção regional representou a ABONG no Seminário Internacional “Sociedade Civil e As Novas Institucionalidades Democráticas na América Latina: Dilemas E Perspectivas”, realizado em Brasília (2008).

É importante ressaltar a retomada da mobilização do regional em meados do ano de 2008, após um período de renovação. Em dois anos, a diretoria foi substituída duas vezes, em função do desligamento dos representantes da ABONG das organizações de que faziam parte. Isto dificultou a organicidade do regional, que perdeu a pessoa de referência que compunha a direção. Esta situação reflete a dificuldade das organizações em relação a manutenção do seu quadro de pessoal, questão que deve ser considerada ao analisarmos o perfil das associadas da ABONG e as suas condições de sustentabilidade no último período.

SUL

O Encontro Sul-Brasileiro de ONGs (2009) e o lançamento do Mapa das Desigualdades (2008) foram duas grandes iniciativas do regional Sul da ABONG neste período. O Mapa das Desigualdades é um documento que busca desmistificar a visão do Sul como uma região próspera, apontando que há pelo menos duas décadas ela tem sofrido com as consequências do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país.⁴⁸ O encontro foi um marco na mobilização das organizações da região. Foram discutidos temas como direitos humanos, reforma política e o papel das ONGs na democracia.

O sentido das organizações foi o foco do Seminário Regional Fórum Sul: Aprofundando diálogos e construindo propostas: Marco Legal, Reforma Política e Papel das ONGs (2007) e dos Seminários com Ceaal, Alop e PAD sobre “Direitos, Democracia e Desenvolvimento” e “Sustentabilidade política e financeira das associadas” (2009).

⁴⁸ Leia o editorial “Mapa das Desigualdades: Região Sul do Brasil pede socorro”: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19084

Outro destaque foi a ação SOS Vale do Itajaí, desenvolvida pela ABONG em Santa Catarina, com as vítimas das enchentes no estado. O regional Sul – em especial as associadas de Santa Catarina - assumiu o desafio de realizar este projeto em uma articulação que envolveu organizações não associadas. A direção regional e o escritório nacional apoiaram a execução. Esta foi a primeira experiência de projeto que ABONG assume nacionalmente e o regional desenvolve no local.⁴⁹

Plenárias foram realizadas com o PAD (2007 e 2008) e para a definição do Plano de Ações do regional (2008). Ainda em relação à questões internacionais e América Latina, aconteceram o Seminário Internacional em parceria com a Alop (2009).

A ABONG também participou, via regional, das atividades preparatórias do Fórum Social Mundial 2010 – Grande Porto Alegre (2009) e da realização do evento, enquanto entidade organizadora.⁵⁰

⁴⁹ Veja mais detalhes sobre esta ação na seção sobre o Fórum Social Mundial no capítulo desta publicação sobre a atuação em âmbito internacional.

⁵⁰ Leia mais sobre as ações desenvolvidas no âmbito do processo FSM na seção “Internacional” desta publicação.

5. A ABONG NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO: INCIDÊNCIA INTERNACIONAL

5.1 Conjuntura internacional

Alguns desafios foram colocados para a ABONG neste período em relação à sua atuação em âmbito internacional. Entre eles, os de aprofundar e fortalecer a articulação com organizações e plataformas da América Latina e dar mais notoriedade, visibilidade e compartilhar mais esta atuação com as suas associadas e os regionais.

Além destas, havia também a intenção de se constituir como um sujeito político na região, contribuindo para a construção de uma agenda política da América Latina, que buscasse um projeto para a região e extrapolasse a mera justaposição de agendas nacionais.

Também estava em questão uma atuação no Fórum Social Mundial que seguisse contribuindo para o fortalecimento do processo, mas que, ao mesmo tempo, se tornasse mais política, com a realização de atividades, debates e produção de conhecimento sobre e para o FSM.

Neste sentido, o debate sobre o modelo de desenvolvimento e sobre a regulação entre Estado e sociedade civil também entram em cena como pano de fundo da atuação internacional da Associação.

Estes desafios ganharam força e complexidade diante de uma conjuntura internacional que renovou as questões postas no triênio 2004-2006 e trouxe novas problemáticas para o mundo e a América Latina. A crise financeira em 2008; as grandes tragédias climáticas e a emergência (e urgência) da questão ambiental e de uma nova relação com o planeta, as cidades e o campo; a mudança de paradigma da relação do Brasil com a cooperação internacional⁵¹; a descrença nas instituições e os impasses da governança internacional; e as persistentes tentativas de integração econômica da América Latina, somadas aos visíveis limites dos governos de centro-esquerda na região, compuseram o cenário das lutas travadas pela ABONG e por outras organizações do Brasil e da América Latina no âmbito internacional.

Neste contexto, fica cada vez mais explícita a importância de discutir as relações internacionais do Brasil com países vizinhos e

⁵¹ Grosso modo, podemos dizer que a relação da cooperação com o Brasil vem se alterando e neste período se tornou ainda mais complexa em função de dois elementos que não se dissociam: o primeiro é o reconhecimento do país como potência emergente; o segundo, seriam as próprias políticas econômicas dos países de origem das agências cooperantes, que passam a ser cada vez mais exigentes com os recursos destinados ao Brasil e a requerer justificativas e informes cada vez mais elaborados e detalhados dos resultados do trabalho no país. À primeira vista, podemos afirmar que esta mudança se dá justamente em função de uma percepção de que o trabalho no Brasil estaria passando por um esgotamento em função da ascensão econômica do país.

com o restante do mundo, para que elas sejam mais bem definidas e estabeleçam os limites do papel político e da intervenção do país no cenário mundial e em especial na região.

Igualmente importante se tornam as relações construídas entre redes, organizações e fóruns internacionais, que buscam trazer para a agenda pública estas questões e pensar em alternativas aos modelos em curso, em especial na América Latina. Fundamentais também são os movimentos altermundistas, como o Fórum Social Mundial que, por um lado, busca denunciar e, por outro, gestar outras possibilidades de mundo.

BRASIL POTÊNCIA

A missão internacional de uma associação brasileira neste período ganhou complexidade em função da novidade histórica que foi o reconhecimento da condição do Brasil como potência emergente.

Este reconhecimento fez com que o país afiasse suas estratégias na região e intensificasse a postura em relação a seus vizinhos, apoiando processos de integração econômica e investindo na expansão de suas empresas na região. Mudou também o modo como agências de cooperação internacional vêem o Brasil e nossos problemas e, por fim, mudou o jeito com que o mundo enxerga o Brasil.

O papel da ABONG foi o de refletir sobre esta condição e apontar suas fragilidades, denunciando que o critério do crescimento econômico não pode ser o determinante para o sucesso deste ou daquele país (visão macroeconômica que levou o mundo à crise de 2008).

Em paralelo à construção de uma outra visão sobre o Brasil, suas desigualdades e diversidades, buscamos fortalecer o diálogo com redes e organizações dos países da América Latina, de modo a construir uma agenda para a região, que vá além das agendas nacionais e que pense - e coloque em prática - alternativas.

GOVERNOS DE CENTRO-ESQUERDA

Esta busca se dá num período em que os países da região ganham atenção (e destaque não necessariamente positivo) na

cena pública e na mídia latinoamericana e mundial em função da ascensão dos governos do chamado campo de centro-esquerda. No entanto, estrangulados em compromissos com a estabilidade econômica e a governabilidade política, alguns destes governos terminam por acentuar a enorme lacuna entre os avanços legais em dissonância com as conquistas reais no campo dos direitos em seus países.

Especialmente no ano de 2009, a evolução dos processos econômicos e políticos na Venezuela, a reeleição de Evo Morales na Bolívia e o golpe em Honduras sinalizam para uma América Latina controversa, que, ao mesmo tempo, aponta caminhos e expõe fragilidades dos sistemas político-econômicos em curso na região. A ABONG questiona se a democracia na região de fato está consolidada quando – “mesmo com respaldo popular - a maioria desses presidentes pouco tem feito no sentido de defender os estados nacionais das investidas do capital financeiro internacional, cujos reflexos são sentidos diariamente na vida da população pobre de seus países”.⁵²

O cenário latinoamericano desfavorece a defesa de direitos e de acesso a novos direitos e contribui para a desmobilização na região. Estes governos tornam-se objeto de perplexidade e um grande desafio político para movimentos e organizações que, durante décadas, lutaram para levá-los ao poder.

Em paralelo, mas não alheio a este processo, está o de fragilização do acesso a recursos e a crescente descrença nas instituições do Estado na América Latina. As consequências da crise financeira de 2008 tendem a aprofundar ainda mais as desigualdades e injustiças na região, por conta do movimento de deslocamento dos recursos para salvar as economias mundiais, inclusive confirmando e aprofundando o movimento de mudança da própria cooperação internacional, na medida em que diminuem recursos destinados para programas das agências bilaterais, multilaterais e não governamentais de cooperação.

O processo de indefinição e impasse em relação à governança internacional e seus sistemas multilaterais também se agrava

⁵² Leia editorial sobre o golpe em Honduras “Ameça à democracia na América Latina”. <http://www.ABONG.org.br/final/caderno2.php?cdm=19872>

neste período, o que afeta as relações internacionais dos países, mas também a ação de redes da sociedade civil. Isto confirma a necessidade de reavaliação deste foco e de análise desta nova conjuntura internacional, assim como da ação e articulação da ABONG e de seus parceiros em espaços como a ONU, por exemplo.

CRISE FINANCEIRA

Todas estas transformações estão intimamente relacionadas com o grande destaque do cenário internacional deste período. A crise financeira de 2008 trouxe para a cena pública consequências de práticas para as quais organizações do nosso campo vinham alertando há tempos, como o livre mercado, a falta de regulação do sistema financeiro mundial e seu efeito nas questões da justiça social e direitos humanos.

A crise abriu perspectivas de questionamento sobre a hegemonia do capital financeiro e do modelo de desenvolvimento pautado na integração pelo consumo, na mercantilização das relações sociais e do ser humano, assim como na precarização de direitos humanos e do papel do Estado.

Este aspecto mereceu reflexão a partir de valores fundantes da existência e prática política da ABONG, como a defesa e a promoção de direitos humanos, a garantia de padrões de proteção social universalistas e a necessidade de radicalização da democracia.

A crise foi tema de muitas entrevistas e contatos da mídia com a ABONG, procurada para responder sobre como a turbulência interferia na ação das ONGs do ponto de vista político e também financeiro⁵³. Com uma avaliação crítica sobre essa abordagem da mídia, a ABONG procurou pautar as entrevistas com outra lógica, demonstrando a diversidade de entidades sem fins lucrativos no Brasil e as diferentes naturezas de ação, sentidos de existência e fontes de financiamento. Como uma dessas estratégias de mudar a perspectiva, o Informe ABONG fez uma edição sobre o tema, entrevistando algumas associadas e parceiros com o mote “olhares sobre a crise: o impacto nas lutas e organizações”.⁵⁴

⁵³ Leia o editorial “Crise, desigualdade e cooperação: uma reflexão necessária”. http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19346

⁵⁴ Leia o texto na íntegra: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19280

FSM REVIGORADO

Simbolicamente, em meio à crise financeira e ao esvaziamento do Fórum Mundial Econômico de Davos, o Fórum Social Mundial (FSM) 2009, em sua 9ª edição, ocorreu na cidade de Belém, no Pará, norte do Brasil, região Amazônica. O encontro conferiu grande visibilidade às propostas de outras lógicas de sustentabilidade e de sociabilidade. Sua realização inovou em formato e metodologia, gerando animação e agregando, como uma das novidades, uma considerável diversidade de povos indígenas da região norte do Brasil e da América Central.

O FSM foi uma das atividades em que a ABONG se envolveu neste período que mostrou que novas formas de atuação e intervenção estratégica são necessárias para dar conta de um cenário internacional complexo, que requer que internacionalizemos também as bandeiras de luta e as práticas alternativas desenvolvidas no seio das organizações e movimentos sociais.

5.2 Ações desenvolvidas no período

Interpretando este cenário - e guiada por seus princípios e pelas prioridades definidas na Assembleia de 2006, a ABONG definiu suas estratégias e ações em âmbito internacional para o período.

Destacam-se o diálogo com as agências de cooperação, a participação no processo Fórum Social Mundial e o fortalecimento da articulação com outras ONGs, movimentos sociais e plataformas de organizações da América Latina. O desafio interno colocado para o período era o de compartilhar as estratégias e promover um maior envolvimento das associadas e dos regionais nas ações, o que a Associação buscou fazer com produção de conhecimento e de opinião, documentos de referência e a diversificação nas representações.

A seguir, os destaques da atuação da ABONG nos espaços de ação internacional.

DIÁLOGO COM AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO

Em relação ao diálogo com agências de cooperação, de suma importância para a questão da sustentabilidade das ONGs brasileiras, em especial as do campo político ao qual a ABONG pertence, cabe destacar a participação da associação na coordenação do PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre agências ecumênicas européias e suas contrapartes no Brasil.

O PAD é um processo de articulação e diálogo baseado na construção de relações de parceria entre agências ecumênicas européias e organizações parceiras brasileiras, referenciadas nos DhESC(A).

A Associação integra também o GT de sustentabilidade do PAD, que promoveu, em 2009, uma pesquisa sobre o tema entre as organizações e movimentos sociais que fazem parte da articulação. Há neste processo o interesse comum de aprofundar a compreensão sobre o significado das mudanças políticas e econômicas, assim como buscar saídas tanto para a cooperação quanto para as ONGs brasileiras.

Neste período, priorizou-se a construção de um plano e a reestruturação na forma de funcionamento do PAD. A ABONG contribuiu especialmente no debate sobre sustentabilidade, que envolve as próprias agências que compõem o PAD e que estão passando por processos de fusão e/ou revisão de metas e estratégias em seus países.

Além disto, foi importante para as organizações do campo político da ABONG a contribuição crítica dada pela Associação no seminário de Consulta da Comissão Européia, no Brasil, que resultou na incorporação de alguns elementos nos editais lançados em 2009 pela União Européia nas áreas da inclusão social e de direitos humanos.

Os resultados destas intervenções no PAD e em processos como o de consulta da Comissão Européia buscam contribuir para o estabelecimento de um ambiente mais favorável para a sustentação política e financeira das organizações associadas e do campo político da ABONG, por meio do aumento da compreensão

destas agências em relação à complexa realidade brasileira, o perfil diversificado destas organizações e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento da democracia e da justiça no país.

Como resultado concreto das ações da ABONG com outras redes, fóruns e organizações da América Latina, é possível citar o fortalecimento da perspectiva latino americana nos debates promovidos juntamente com Coordination Sud – Solidariedade, Urgência e Desenvolvimento.

Em 2006, ABONG e Coordination SUD renovaram o acordo de cooperação voltado apenas para o eixo internacional. O convênio - e outros apoios – permitiu a estruturação do Centro de Recursos Internacional (www.ong-ngo.org), que tem como objetivo atuar na consolidação das plataformas nacionais de ONGs para melhorar sua visibilidade frente aos governos, às organizações internacionais e aos financiadores. Este projeto envolve também as plataformas: da Índia – VANI, do Chile – Acción e do Senegal - CONGAD. Também no ano de 2007, foi lançada a publicação “Diplomacia não-governamental – A intervenção das ONGs num sistema internacional em crise”.

Articulada à estratégia do portal do CRI, a ABONG participou do encontro organizado pela Coordination SUD, em Paris, França, em 2008, com outras plataformas nacionais de ONGs. A reunião contou com a presença de representantes de 82 países. O encontro, que buscou fortalecer a atuação das organizações presentes em seus respectivos países, bem como a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, resultou na adoção de um plano de ação para facilitar a cooperação e a solidariedade entre as plataformas nacionais. Esta articulação ficou conhecida como Fórum Internacional de Plataformas de ONGs.⁵⁵ O Fórum voltou a se reunir em 2009, em Washington, onde planejou o seu funcionamento.

A ABONG e a Acción (Associação Chilena de ONGs) são responsáveis pela articulação do tema “luta contra as desigualdades e exclusão”, no FIP. O texto “Alternativas democráticas contra a desigualdade e a injustiça, em tempos de crise global” é uma reflexão sobre a conjuntura atual e os reflexos da crise para a América Latina⁵⁶.

⁵⁵ Leia o texto “Nasce o Fórum de Plataformas Nacionais de ONGs”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19347

⁵⁶ Leia o texto em: <http://www.ong-ngo.org/spip.php?article2290>

Em 2009, o evento promovido pela ABONG e Coordination SUD no âmbito do Ano da França no Brasil teve como tema de uma de suas mesas “Cooperação e Solidariedade Internacional”. Esta foi uma oportunidade de discutir com e sobre a cooperação internacional e sobre os processos de influência sobre os países do Norte, para dar um outro sentido à cooperação internacional.

O encontro apontou que é preciso compreender a ligação de interdependência entre nossas realidades - uma organização do Norte que se enfraquece e perde seus financiamentos afeta diretamente suas contrapartes no Sul e vice versa. É essencial pensar para além de uma cooperação financeira, numa relação política, criando laços de amizade e solidariedade.

Em 2007, o Seminário Regional “Desafios da sociedade civil ante o desafio da eficácia da ajuda oficial ao desenvolvimento”, realizado na Nicarágua, discutiu os problemas, contradições e desafios das relações entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e governos, instituições financeiras multilaterais (IFMs), agências de cooperação, no âmbito da denominada Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) – e do combate à pobreza.

ORGANIZAÇÕES, REDES E FÓRUMS DA AMÉRICA LATINA

Na busca por fortalecer a articulação com outras ONGs, movimentos e plataformas de ONGs da América Latina, a ABONG conseguiu ter uma boa expressão pública no âmbito internacional e influenciar na produção de pensamento crítico, nos espaços em que vem atuando, tanto em questões mais gerais da política, como em questões específicas.

São exemplos desta atuação a coordenação da Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe (Mesa) e as atividades em parceria com Associação Latino Americana de Organizações de Promoção (ALOP).

Estes debates foram sempre sistematizados e disseminados em artigos e editoriais no Informe ABONG, buscando uma

maior apropriação destas questões por associadas, assim como a conscientização da sociedade brasileira.

A ALOP promoveu, em 2008, em São Paulo, a Conferência Internacional Desenvolvimento e Democracia, com o objetivo de debater as relações entre ONGs, movimentos sociais e partidos políticos na América Latina. No evento, foi lançado o “Informe sobre Democracia e Desenvolvimento: uma mirada desde a sociedade civil”.⁵⁷

Por meio da Mesa de Articulação, a ABONG buscou contribuir para o fortalecimento da sociedade civil dos países da América Latina em termos de monitoramento das políticas de desenvolvimento. Buscou-se definir um projeto estratégico de defesa de direitos e de fortalecimento de sujeitos sociais, de forma a haver outras possibilidades de incidência nas esferas institucionais em âmbito nacional e internacional, do que se conseguiria a partir das associações individualmente. O esforço deste período foi o de contribuir para a construção do sentido público para a Mesa como sujeito coletivo tanto no plano nacional como no regional, para além do acompanhamento das agendas políticas dos governos nacionais.

Para tanto, foi trazido para o debate o tema da Integração Regional, das propostas de regulação do sistema financeiro – Banco da ALBA, Banco do Sul⁵⁸, da atuação dos bancos de desenvolvimento, e a questão da dívida dos países, na perspectiva de avançarmos nas alianças que precisamos construir para colocarmos em evidência um projeto político para a América Latina que realize as necessidades e anseios da maioria da população.

A ABONG participou em 2008 – representada pelo regional Nordeste I – da Conferência da Sociedade Civil das Américas em Brasília. O encontro teve como objetivo avaliar os impactos da Declaração e do Plano de Ação de Durban⁵⁹ junto aos países das Américas, em preparação para a Conferência da América Latina e Caribe. A Declaração da Sociedade Civil das Américas foi apresentada no encontro promovido pela ONU.

⁵⁷ Leia matéria publicada no Informe ABONG “Conferência debate desafios de uma agenda comum na região”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19099

⁵⁸ Leia o editorial “Banco do Sul – Perspectiva de integração desde os povos”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19002

⁵⁹ Leia o texto “Avaliação de Durban: encontro preparatório da sociedade civil 2008”: <http://www2.ABONG.org.br/final/caderno2.php?cdm=19104>

Houve progressos na agenda de resistência através dos posicionamentos sobre as questões de violação aos direitos e da quebra de democracia no continente.

A produção e disseminação de posicionamentos públicos e a construção de posicionamentos coletivos, em parceria com as redes, fóruns e articulações da região é uma forte estratégia de atuação da ABONG em relação à América Latina. Em 2010, a Associação produziu, em conjunto com as outras plataformas que compõem a Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe, uma declaração sobre a tragédia no Haiti⁶⁰. Além disso, assinou com o Jubileu Sul e a Rede Brasil uma carta ao diretor executivo do FMI sobre o Haiti.⁶¹

No entanto, ainda há muito que avançar, em especial no sentido da integração que devemos construir para a região e das novas institucionalidades necessárias para dar conta da complexidade e diversidade dos povos latinos, respeitando e garantindo seus direitos.

Em 2008, a ABONG foi parceira do Inesc e do Polis/Logolink América Latina na realização do seminário internacional “Sociedade civil e as novas institucionalidades democráticas na América Latina: dilemas e perspectivas”. O objetivo do encontro foi refletir sobre os avanços e os limites das novas institucionalidades na América Latina e possíveis estratégias de ação da sociedade civil, na perspectiva da radicalização da democracia e da garantia de direitos. Em 2009, no Encontro Latino Americano de ONGs “+ y Mejor Democracia en América Latina: Reformas Políticas y Experiencias de Incidencia de la Sociedad Civil”, foram discutidas a participação cidadã na América Latina e Caribe, a interferência na proposta de políticas e iniciativas da sociedade civil para promover reformas políticas. A ABONG apresentou a experiência da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político⁶² e como esta vem avançando na discussão do processo de reforma política no Brasil.

⁶⁰ A declaração está disponível em: <http://www.ABONG.org.br/final/caderno2.php?cdm=20591>

⁶¹ A Carta está disponível em: <http://www.ABONG.org.br/final/caderno2.php?cdm=20600>

⁶² Leia mais sobre esta iniciativa na seção desta publicação sobre a incidência nacional da ABONG.

São muitos os desafios para a construção de uma outra integração da América Latina. E são muitas as propostas locais e nacionais para superar as barreiras em torno de uma agenda comum para a região. A ABONG acredita que esta outra integração, alternativa aos modelos atuais, baseados na integração física e comercial dos países, é possível, respeitando as diversidades, sociabilidades e as necessidades dos povos da região.

Esta construção será possível se apertarmos o passo, engrossarmos as nossas vozes e denunciarmos esse modelo integrador que vem sendo aprofundado na região: uma integração de capitais, com incorporação de territórios e desintegração de processos de resistência. E não uma integração entre povos.⁶³

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A ABONG participa da coordenação, organização e mobilização do Fórum Social Mundial desde seu primeiro evento em 2001, além de ter sido durante estes anos a pessoa jurídica do Escritório do processo FSM.⁶⁴

O investimento neste importante espaço de articulação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil do mundo todo foi reafirmado como prioridade na Assembleia de 2006. Na ocasião, foi indicado como foco de ação para esta prioridade a ampliação e qualificação da participação das associadas e da Associação nos processos locais, nacional e internacionais ligados ao FSM. Alguns objetivos foram traçados: o fortalecimento do processo FSM; o fortalecimento da atuação da ABONG nos processos FSM; a realização de atividades da ABONG no FSM; e a produção de conhecimento.

Estes objetivos foram perseguidos e construídos ao longo do período. No FSM de 2009, já foi possível perceber o salto qualitativo da contribuição da ABONG para o processo e na participação da Associação e de suas associadas na promoção de debates e atividades de interesse e importância para seu campo político. As próprias atividades realizadas pela ABONG no FSM 2009, em Belém, servem de exemplo de esforços da Associação para que suas associadas se

⁶³ Trecho do editorial "Reflexões sobre uma outra integração da América Latina": http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19098

⁶⁴ Leia no texto desta publicação sobre gestão e desenvolvimento institucional os detalhes sobre a opção da ABONG por – a partir de 2007 – não ser mais a representante jurídica do FSM.

apropriem mais e melhor do acúmulo de sua atuação política no âmbito nacional e internacional.

Em 2007, a ABONG optou por reforçar e qualificar a sua atuação nas instâncias políticas e de tomada de decisão do processo FSM, a exemplo do Conselho Internacional, das articulações regionais, nacionais e locais, e das Comissões de Metodologia e Finanças⁶⁵. Além disso, realizou um trabalho de apropriação do processo FSM por parte dos regionais e das associadas. O Grupo de Enlace⁶⁶ assumiu as questões de ordem gerencial do encontro e do processo. Muitas das inovações consideradas avanços no processo e no evento de 2009, em Belém, são fruto do trabalho da comissão de metodologia, da qual a ABONG faz parte.

O incentivo à participação das associadas nas atividades do FSM 2008 descentralizado e a produção de informações sobre a mobilização, que aconteceu em diversos lugares do mundo, é outro expoente da nova estratégia da ABONG em relação ao processo FSM. A Associação atuou na divulgação das informações⁶⁷, provocação de debates, apoio para organização e participação nos eventos e atividades na Semana de Ação Global. Praticamente todos os regionais se envolveram em atividades durante o dia de mobilização. No site⁶⁸, foi publicada uma lista das atividades.

Para a ABONG, este foi um período marcado, portanto, por mudanças em sua participação no processo FSM, pois além de direcionar a sua ação para a reflexão sobre o processo e concentrar na atuação nos espaços de construção política do fórum, teve início um processo de transição da representação em espaços como o Conselho Internacional e os grupos de trabalho.

A mudança de postura da ABONG em relação ao Fórum deu seus primeiros frutos no FSM 2009. A ABONG contribuiu com o processo de construção política, de mobilização e de estruturação do Fórum de Belém, com o envolvimento através do Regional Amazônia e da participação ativa da Diretoria Executiva no Grupo de Facilitação e no escritório do FSM em Belém.

⁶⁵ O texto "FSM

– um processo, vários sujeitos" é um expoente desta estratégia da ABONG, de promover uma reflexão sistemática sobre o processo e seus atores. Ele discute o papel de ONGs e Movimentos Sociais no FSM. Leia em: <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19625>

⁶⁶ No ano de 2007, o processo FSM foi marcado por uma série de mudanças, como a criação do Grupo de Enlace

– GE, que tem como objetivo facilitar a comunicação e operação entre os grupos de trabalho, as comissões e o Conselho Internacional.

⁶⁷ Leia o editorial "Semana de Mobilização e Ação Global: Um espaço de articulação de lutas e alternativas na perspectiva de um mundo mais justo e solidário": http://www.abong.org.br/final/infos_pag.php?cdm=19047

⁶⁸ Leia o texto "Fórum Social Mundial: a ABONG e parceiras/os na Semana de Mobilização e no Dia de Ação Global": <http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19043>

O FSM 2009 trouxe para a cena pública a luta dos povos da Amazônia, divulgadas pelos próprios sujeitos que as vivem (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros) e impulsionou a rearticulação do Fórum Pan-Amazônico, movimento fundamental para a luta por direitos dos povos da região.

O evento na Amazônia contribuiu para complexificar o espectro político do FSM, ao trazer à tona novas questões e possibilitar diálogos e alianças que vão para além do Fórum. Foi uma oportunidade de avançar nos pontos de conexão e convergência das diversas lutas mundiais reunidas.

Por acontecer em pleno desenvolvimento da crise financeira mundial, quando ainda havia muita surpresa e insegurança quanto aos desdobramentos deste processo, o FSM retomou seu poder de se colocar como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos⁶⁹.

Buscou-se aprofundar nos debates do FSM a leitura inicial de que a crise significava o colapso de um modelo civilizatório, contra o qual o Fórum sempre lutou desde sua primeira edição em 2001.

As atividades da ABONG no Fórum 2009⁷⁰ foram referentes a temas políticos importantes para ABONG enquanto rede de organizações e para como a questão da reforma política, da relação entre comunicação e modelo de desenvolvimento, a cooperação internacional, a questão amazônica e o debate sobre democracia e desigualdades na América Latina.

Esta linha de atuação teve continuidade no FSM 2010, descentralizado, em que os eventos no Brasil ganharam corpo em função da comemoração dos 10 anos do Fórum. A ABONG reforça o que pensa ser o sentido do FSM: uma ação política que se desdobra em uma grande variedade de tipos, de ritmos, de temas, culturas, formatos organizativos e níveis de ação, realizados de modo autônomo por uma grande variedade de organizações, como uma tecedura horizontal de espaços em níveis internacional, regional, nacional e local.⁷¹

Nos eventos, a ABONG se fez presente promovendo reflexões sobre o processo, propondo atividades, dando visibilidade para as

⁶⁹ Leia o editorial "Um Fórum desafiado pela conjuntura e que leva as vozes da Amazônia para o mundo": http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19421

⁷⁰ Veja as atividades promovidas pela ABONG no FSM 2009: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19422

⁷¹ Leia o editorial "O que esperar do FSM": http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20649

associadas⁷² e chamando atenção para o caráter mundial dos dias de mobilização⁷³.

No FSM Grande Porto Alegre, a ABONG – por meio do regional Sul - lançou, em parceria com a Oxfam o livro e o filme⁷⁴ sobre o projeto SOS Vale do Itajaí, que realizou junto às vítimas das chuvas no estado de Santa Catarina. Em novembro de 2008, vários municípios da região foram duramente castigados por enchentes e quedas de barragens, que deixaram milhares de famílias desabrigadas. O projeto teve como objetivo monitorar a aplicação dos recursos públicos nas obras de recuperação e prevenção de novas catástrofes na região, com a participação da comunidade local, a fim de reforçar o controle social dos recursos.

A participação da ABONG no processo, nos espaços políticos e nas mobilizações do FSM refletem o pensamento da Associação de que o FSM deve ser um tipo de fermento que quebre a rigidez da estrutura partidária, para a criticidade e dinamização de análises que busquem a intensificação do controle social sobre o poder estabelecido, fortalecendo a democracia direta, possibilitando a emergência de novos sujeitos e de novos caminhos que orientem para um novo modelo de sociedade.

Nesse sentido, para a ABONG, fortalecer esse processo é possibilitar a criação de condições para fazer/viver a experiência de novos valores totalmente contrários aqueles que motivam a ação no capitalismo e que, justamente, devemos abandonar para ultrapassar esse sistema: cooperação ao invés de competição, prioridade às necessidades humanas e não ao lucro, respeito à natureza e não sua superexploração, perspectivas a longo prazo ao invés de interesses a curto prazo, aceitação das diferenças ao invés de homogeneização, liberdade com responsabilidade partilhada ao invés de individualismo, “ser” ao invés de “ter”, no sentido de um aprendizado político de solidariedade, de relação dialógica de troca de saberes, criação de oportunidades para o reconhecimento mútuo uns dos outros, para a superação de preconceitos das organizações umas em relação às outras e para a identificação de convergências em níveis mais amplos.⁷⁵

⁷² Leia as matérias publicadas no Informe ABONG “Associadas da ABONG realizam atividades no FSM 10 anos Grande Porto Alegre”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20651 e “4º Seminário sobre Políticas Sociais compõe programação do FSM 10 anos Grande Porto Alegre”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20653

⁷³ Leia as matérias “O Fórum pelo Fórum”, sobre as ações do processo FSM em diversos países: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20654 e “Atividades no Brasil marcam abertura do Fórum Social Mundial descentralizado em 2010”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20650

⁷⁴ Leia a notícia sobre o lançamento publicada no Informe ABONG: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20652

⁷⁵ Trecho do editorial “O que esperar do FSM”: http://www.ABONG.org.br/final/informes_pag.php?cdm=20649

6. Gestão e desenvolvimento institucional

A ABONG compreende sustentabilidade - no que se refere às organizações sem fins lucrativos, em especial as organizações de defesa de direitos humanos e da democracia - como a conjunção de elementos dinâmicos, processuais e históricos, relacionados ao fortalecimento da identidade de uma organização, capazes de assegurar tanto a existência física sem precarizações nas relações profissionais internas, quanto a visibilidade política das organizações no curto e médio prazo.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos deve integrar os seguintes aspectos: (i) a diversificação de fontes de financiamento, em especial com apoios institucionais; (ii) o fortalecimento da visibilidade e da legitimidade institucional; (iii) a consolidação de alianças capazes de contribuir para a visibilidade de agendas políticas que defendem; (iv) desenvolvimento da capacidade interna de gestão e de uma cultura institucional no sentido de relações de trabalho justas e de utilização transparente de recursos.

A principal linha de atuação da ABONG neste sentido está expressa na existência do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) que articula a questão da sustentabilidade às estratégias de ação dos regionais e em diálogo com as ações de comunicação.

DESAFIOS

Na Assembleia de 2006, a importância de uma visão ampla de DI foi ressaltada, e duas das sete prioridades elencadas para a Associação no período estavam intimamente relacionadas aos objetivos do PDI: a prioridade 6: “Fortalecimento da sustentabilidade política e financeira das organizações associadas” e a prioridade 7: “Fortalecimento da ABONG como sujeito político”. Isso sem contar a prioridade 4, que diz respeito ao marco legal e integra ações de desenvolvimento de caráter político.

Outros desafios colocados para a Associação na Assembleia de 2006 já vislumbravam um difícil período em relação à sustentabilidade das organizações do campo. Um deles era o de dar seguimento à direção em seu formato colegiado, buscando refletir

sobre as possibilidades de avanço em relação à democratização da gestão da Associação.

Por fim, um último desafio dizia respeito à construção do plano de trabalho em torno das sete prioridades estabelecidas na assembleia, que foi levado a cabo pela direção nos últimos três anos e que traz, nesta publicação, um levantamento de seu caminhar. A tarefa de reconstruir força social e ampliar base de pressão se colocava fortemente para a ABONG.

LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-FINANCEIRA

A visão de desenvolvimento institucional da ABONG extrapola a noção da gestão como alicerce para a ação política. Ela avança, ao afirmar que a sustentabilidade e a legitimidade das organizações caminham juntas e são questões tanto políticas quanto financeiras, indissociáveis.⁷⁶

Partindo desta visão, o grande desafio deste período foi o de lutar pelo fortalecimento do campo político e das associadas da ABONG e pela sua visibilidade pública e legitimidade política, em meio a um contexto de criminalização das ações das ONGs e movimentos sociais no Brasil (veja mais no trecho desta publicação sobre a conjuntura nacional), somado (e atrelado política e financeiramente) às dificuldades de mobilização de recursos por parte destas instituições.

Neste período, conturbado e desafiador, tem destaque na atuação da ABONG uma série de iniciativas que revigoram a Associação e que reafirmam seu sentido e papel político. Estas iniciativas vão desde questões de gestão, como a superação de uma crise financeira a partir de um processo amplo de reestruturação política, administrativa e financeira; a publicação de mais um perfil das associadas; o lançamento da publicação Memória ABONG; a questões mais públicas ou “externas”, como a luta pela publicização da questão da sustentabilidade a partir de temas da agenda, como a CPI das ONGs; e a proposição de um projeto de lei que deflagre o debate sobre a construção de um marco legal para as ONGs no Brasil.

⁷⁶ Leia o editorial “Um novo olhar sobre a mobilização de recursos”: http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19188

, publicado no Informe ABONG na ocasião do lançamento da publicação “Mobilizar para transformar”, em parceria com a Oxfam e outras organizações participantes do Programa de Mobilização de Recursos da agência.

Durante o Fórum Social Nordestino, em 2007, a ABONG lançou as publicações: “Um novo marco legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática”⁷⁷ e “ONGs: repensando sua prática de gestão”.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

A seguir, analisamos as principais ações da ABONG realizadas neste período e organizadas a partir de cinco grandes eixos: 1. Gestão colegiada; 2. Reestruturação política, administrativa e financeira; 3. Comunicação; 4. Pesquisa e projeto de lei; e 5. Perfil e memória dos 18 anos.

GESTÃO COLEGIADA

Em novembro de 2006 foi realizada a Assembleia Geral e eleita a nova direção da ABONG. Esta intensificou o formato colegiado iniciado três anos antes, rompendo com uma cultura de hierarquização das relações de poder. Avançou, mostrando que a democracia se aprofunda, quando os processos de decisão são descentralizados e as relações de poder, mais horizontais. Vários regionais também optaram pelo formato colegiado de coordenação, radicalizando ainda mais esta prática democrática e participativa.

Nas primeiras reuniões da executiva e do Conselho Diretor, foram mapeados os processos e espaços nos quais a Associação estava envolvida e elaborado o Plano Trienal de trabalho da Associação de acordo com as prioridades definidas na Assembleia. As responsabilidades foram assumidas sempre por uma pessoa da executiva, juntamente com um/a diretor/a regional. Implementar esta proposta se demonstrou um desafio, explicitando o fato de que o exercício da gestão colegiada é também um processo educativo, demandando avaliação permanente, mas promovendo grande aprendizado político pedagógico.

A implementação da gestão colegiada foi concomitante ao processo de análise e ajuste orçamentário da ABONG. Todo processo de gestão, regional e nacional, será avaliado na Assembleia que acontecerá em março de 2010, na qual se espera refletir profunda-

⁷⁷ Em edição especial do Informe ABONG sobre o FSNE, uma notícia divulgou o lançamento:

http://www.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=18844

O documento está disponível em:
<http://www2.abong.org.br/final/download/Marco%20Legal.pdf>

mente sobre a estrutura da ABONG, considerando a perspectiva de que toda e qualquer estrutura tem seu sentido de existência ao dar suporte para as realizações de um projeto político.⁷⁸

O processo de avaliação do Programa de Desenvolvimento Institucional da ABONG (que está em curso) também deverá trazer contribuições significativas para este debate na Assembleia.

REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Um dos grandes desafios encarados por esta gestão colegiada foi o de enfrentar o processo de reestruturação política, administrativa e financeira da própria ABONG no biênio 2007/2008. Como resultado desta reestruturação, consolidaram-se diversas mudanças de cultura institucional, que deverão ser analisadas na Assembleia de 2010.

Uma avaliação preliminar indica que houve um significativo esforço de envolvimento das direções regionais e associadas no compromisso com a sustentabilidade financeira da Associação, com consequente ampliação do exercício da gestão colegiada. Além disto, durante este período, se avançou na reflexão sobre os limites de envolvimento das associadas nas atividades regionais, ou sobre sua apropriação dos temas nacionais trabalhados pela Associação, ou ainda sobre a necessidade de se avançar em relação a sua compreensão sobre o papel da ABONG e o potencial de fortalecimento que a articulação em torno dela pode trazer.

O processo de reestruturação política, administrativa e financeira da ABONG teve um impulso importante em função da quitação da dívida do FSM 2005, no início de 2009.⁷⁹ Esta dívida foi um dos motivos de desgaste político e institucional da Associação, obrigando-a a um esforço extraordinário para que não fossem inviabilizadas suas ações de mobilização das associadas na promoção e defesa dos direitos humanos, de participação nos conselhos dos quais faz parte e de articulação de processos em vista da construção de um marco regulatório para o campo das ONGs brasileiras, caracterizado pela democratização da sociedade e pela democratização do acesso aos fundos públicos.

⁷⁸ Leia mais sobre estes desafios e questões no documento político elaborado pela diretoria e disponível nesta publicação no anexo I.

⁷⁹ Na seção desta publicação em que trazemos os relatórios financeiros, você confere as execuções orçamentárias da ABONG e os números da dívida relacionada ao FSM.

Desde 2005, foram recebidas muitas contribuições no sentido de amortizar a dívida, mas é em 2009 que ela é totalmente quitada a partir de um saldo positivo dos recursos captados para a realização do FSM 2009. O recurso, naquele momento, potencializou todo o esforço desta gestão no sentido de fazer ajustes na estrutura de operação da ABONG.

COMUNICAÇÃO

Entre as iniciativas para lidar com a reestruturação (que tiveram na ABONG um caráter de fortalecimento institucional) destacam-se as mudanças realizadas na área de comunicação do escritório nacional.⁸⁰ Como resultado, houve priorização da comunicação política e da melhoria de seus instrumentos (Informes, boletins, site, listas). Por exemplo, no site, está em destaque na primeira página uma sessão chamada “Últimas Notícias”, que atualiza para as associadas, e público em geral, atividades e, especialmente, posicionamentos da ABONG, das associadas e de movimentos sociais e parceiros.

Está em curso também um processo de aproximação e maior integração com profissionais de comunicação das associadas, visando formar de fato uma rede de colaboração que possa trazer mudanças na visibilidade do trabalho das associadas pela ABONG. Este processo teve início em 2007, com a realização da Oficina de Comunicação Estratégica.⁸¹ Espera-se contribuir com estas iniciativas para a maior disseminação do significado e impacto dos trabalhos realizados por elas e das lutas encampadas pelo campo político da ABONG.

O cuidado com as mudanças na área de comunicação, feitas - entre outros motivos - para apoiar melhor as associadas e regionais, são exemplo concreto do esforço no sentido de criar mecanismos de comunicação eficazes, instrumentos que ajudam o fortalecimento institucional da Associação e de sua base social.

⁸⁰ Em função da reestruturação, a ABONG deixou de publicar o boletim De olho em Brasília.

⁸¹ Veja mais sobre esta ação na parte desta publicação sobre atuação nacional, no trecho sobre o trabalho com os regionais.

Em 2008, a comunicação ganhou uma nova cara a partir de algumas iniciativas:
Transferência de servidor de internet e hospedagem do site;

Agilização da manutenção do site;
Possibilidade de monitorar estatísticas de acesso e listas de envio;
Novo mecanismo de cadastramento de usuários do site;
Mini-reforma do site;
Novo formato e forma de produção do Informe ABONG;
Criação do boletim “Leia esta semana no site da ABONG”.

Em 2009, foi possível aproveitar estas mudanças como base para avançar nas propostas de melhoria para comunicação que foram debatidas e aprovadas na primeira reunião do Conselho Diretor, em 2009. Assim, por exemplo, está praticamente concluída uma reforma profunda do site, modificando *layout* e ferramenta de publicação.⁸² O boletim do site ganhou uma classificação temática das notícias e há um empenho em fazer com que as notícias reflitam temas de interesse das associadas ou mesmo tenham sido produzidas por elas.

Em função da melhor estruturação da equipe, há condições de desenvolver ações de assessoria de imprensa e atendimento à mídia, buscando pautar matérias e artigos escritos pela direção e/ou associadas.

Todas estas mudanças e a reestruturação do setor em termos de gestão, conteúdo e política de comunicação permitiram que se desse mais visibilidade a temas relacionados aos trabalhos das associadas, tentando contribuir para disseminar posições sobre assuntos que estavam em debate público, seja através do envio de notas especiais para listas, do boletim semanal de notícias, e principalmente através de matérias e editoriais no Informe ABONG. Como exemplos, podemos citar o tema da CPI do Aborto, a reação à proposta de redução do texto constitucional; a denúncia do acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé em relação ao ensino religioso nas escolas brasileiras, a agenda de ONGs e movimentos em relação a mudanças no Código Florestal Brasileiro, e o preconceito contra homossexuais nas escolas brasileiras. Um outro exemplo interessante foi o Informe ABONG especial das eleições de 2008, em que o boletim deu destaque às ações locais e debates regionais que as associadas estavam fazendo sobre os direitos das cidades e os temas relevantes para o pleito em cada local.

⁸² Veja o novo layout do site da ABONG na seção “Publicações e produtos”.

PESQUISA E PROJETO DE LEI

Neste período, a ABONG realizou uma tarefa historicamente colocada em seus debates: a construção de um projeto de lei para instituir novas formas de acesso e uso de recursos públicos para organizações da sociedade civil que trabalham na área de defesa de direitos humanos e promoção de justiça social.

Considerando a perspectiva de articulação entre as várias ações da Associação no sentido de avançar em relação às suas prioridades, é importante ressaltar que este projeto resulta de um processo anterior de debate nos regionais e da consolidação do PL feita pelo Conselho Diretor da ABONG. Ou seja, além do avanço na proposição de uma regulação propriamente dita, avalia-se que o PL representa um avanço no debate sobre sustentabilidade do campo e para o fortalecimento institucional da ABONG.

O processo de monitoramento da CPI das ONGs, instalada no Senado Federal em 2007 e em funcionamento até o presente momento, a articulação da ABONG com outras organizações e redes buscando influir em aspectos pontuais da legislação em vigor que afetam o trabalho das ONGs, a parceria com GIFE, IPEA e IBGE na atualização da pesquisa sobre Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL/IBGE, 2008) são exemplos do esforço da Associação no sentido de investir de forma ampla e efetiva nas questões que afetam diretamente a percepção da sociedade em geral sobre as ONGs e seus trabalhos.

A pesquisa Fasfil apontou que há cerca de 338 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil. A ABONG teve uma participação na condução do processo de pesquisa e, na sua divulgação, um importante papel de pautar a questão do crescimento do número de organizações e sua diversificação como reflexos da democracia brasileira, mas que demandam um olhar atento sobre suas especificidades. A nota pública⁸³ divulgada pela ABONG afirma que é preciso considerar o alto nível de precariedade deste crescimento, considerando as frágeis formas de financiamento dos trabalhos destas organizações.

⁸³ Leia a nota pública “A rica expressão do associativismo brasileiro”, sobre o lançamento da Fasfil, em agosto de 2008. <http://www.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19145>

Como resultado, a ABONG tem sido referência para jornalistas e tem procurado usar este espaço para combater a criminalização das organizações e dos movimentos que têm lutado pelos direitos humanos e realizado ações na direção de um desenvolvimento realmente sustentável e com justiça social.

PERFIL E MEMÓRIA DOS 18 ANOS

Em novembro de 2009, a ABONG lançou a publicação “Memória ABONG”, que traz uma leitura crítica da história e das contribuições da Associação, especialmente nos seus primeiros 15 anos de vida.

Elaborada a partir de entrevistas com as pessoas de organizações que fizeram a ABONG, além da consulta de documentos, a publicação é um importante subsídio para o processo de avaliação e revisão dos rumos da Associação que deverão acontecer na Assembleia.

O novo levantamento dos dados do perfil das associadas foi feito também durante o ano de 2009. Estas informações estão contidas em uma análise chamada “ABONG – Panorama das Associadas”, que será lançada na Assembleia Geral com foco em dois aspectos principais relacionados à vida das associadas: suas lutas e perspectivas políticas e sua sustentabilidade.

Além disso, esse levantamento buscou identificar o impacto do trabalho das associadas. Os resultados serão divulgados posteriormente no site da ABONG e servirão de fonte de informação para jornalistas ou pesquisadores/as.

A questão do acesso a fundos privados nacionais foi foco de uma pesquisa específica, patrocinada pela Oxfam GB, que foi desenvolvida a partir de entrevistas com líderes de organizações associadas que já acessaram este tipo de recursos. Os resultados serão debatidos no seminário que antecede a Assembleia Geral da ABONG, em março de 2010.

Reestruturação administrativa, política e financeira

Ao longo desta gestão, diversos esforços foram feitos no sentido de diminuir o impacto da crise financeira no sentido e na realidade da ação política da ABONG, mantendo a mesma força e compromisso que caracterizam a sua história. Entender o déficit de modo mais detalhado foi imprescindível para construir um claro diagnóstico da situação e então monitorar gastos em todos os setores e imprimir, concomitantemente, uma maior racionalização dos mesmos.

O início da crise tem como marco uma ação política fundamental: o FSM 2005, em Porto Alegre, que deixou para a ABONG um déficit grande, dado que a Associação era a figura jurídica que gerenciava a maior parte dos recursos, bem como a contratação de pessoal e locação de imóveis. Outras causas determinaram o agravamento da situação, com destaque para a mudança nas estratégias e nos focos da cooperação internacional, que para ABONG refletiu na diminuição ou perda de alguns apoios; e a queda do dólar, que incidiu sobre o maior apoio institucional da Associação.

É em 2006 que a crise, em função dos recursos do FSM 2005, se apresenta em toda a sua realidade e extensão. Além da dívida, ocorreram vários problemas por conta de atrasos de pagamentos e questionamentos das prestações de contas dos convênios públicos referentes ao evento, que decorreram em gastos não previstos com serviços jurídicos, multas etc., tudo sempre permeado pelas delicadezas nas relações políticas deste processo. Além da dívida, a ABONG abriu mão de sua taxa de administração do projeto FSM, como forma de diminuir o déficit. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) fez o mesmo.

Efetivamente, é em 2006 que começam também as ações para solucionar o déficit, sendo fundamental destacar que, por um grande esforço de gerência de solidariedade das organizações e agências envolvidas, foi possível reduzir a dívida em cerca de 88%.

Em 2007 foram feitos vários ajustes de estrutura, e a equipe foi convidada à mudança de atitude com relação ao

uso de telefones, cópias, material, energia elétrica etc. O controle mais preciso de projetos e rubricas, através de um sistema eletrônico de gerenciamento financeiro e contábil, possibilitou iniciar outras mudanças mais estruturais (espaços físicos, equipamentos, materiais etc.) e também de pessoal.

Em 2008, aconteceram os processos de reestruturação das áreas de trabalho da ABONG, diminuindo de modo gradual e menos drástico possível várias equipes.

Numa perspectiva sistêmica de desenvolvimento institucional constatou-se que as soluções nestes momentos nunca vêm de uma única ação e nem da iniciativa de um único ator envolvido. Além das ações acima citadas, houve ainda o apoio das associadas e, entre elas, especialmente as organizações que compõem a direção colegiada, convocadas em 2008 a apoiar a Associação.

Além disto, a equipe do escritório passou a trabalhar de forma integrada com diretores/as regionais sobre esta questão. Por fim, às agências apoiadoras da ABONG foi apresentado um balanço criterioso da implementação dos ajustes e impactos nos projetos, possibilitando a realização de novos acordos para continuidade das parcerias.

O pagamento da dívida do FSM 2005, a partir do saldo do evento de 2009, realizado em Belém, veio potencializar todo o esforço no sentido de fazer ajustes na estrutura de operação da ABONG.

A gestão de recursos do Fórum Social Mundial

Desde o primeiro FSM, a ABONG foi indicada e aceitou administrar os recursos mobilizados para a realização dos eventos. Até antes do evento FSM de 2005, em Porto Alegre, o compromisso assumido foi possível de ser atendido sem transtornos. No evento de 2005, criou-se, por uma série de acordos não cumpridos ou cumpridos fora do prazo, uma dívida em torno de 3 milhões de reais.

Este fato colocou a ABONG numa situação de desgaste político e institucional, obrigando-a a um esforço extraordinário para que esta dívida não inviabilizasse suas ações de mobilização das associadas na promoção e defesa dos direitos humanos, de participação nos conselhos dos quais faz parte e de articulação de processos em vista da construção de um marco regulatório para o campo das ONGs brasileiras, caracterizado pela democratização da sociedade e pela democratização do acesso aos fundos públicos.

Em relação à dívida propriamente dita, é preciso reconhecer as contribuições recebidas desde 2005, no sentido de amortizá-la, de forma que em 2009 esta estivesse em R\$350.000,00. Foram as seguintes organizações que tornaram possível esta situação: Action Aid, CCFD-Terre Soltaire, Tides Foundation, World Social Forum India Trust, Organização Interclesial para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Evangelischer Entwicklungsdienst (EED), Christian Aid, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Misereor, Oxfam/Novib, além da própria ABONG e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) que abriram mão de sua taxa de administração. Além disto, houve doações de pessoas físicas, comprometidas com o FSM, que contribuíram para uma campanha específica para ajudar no pagamento da dívida.

No FSM 2009, realizado na Amazônia, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, foi criada uma gestão mais coletiva dos recursos, por meio de um consórcio numa combinação das seguintes organizações nacionais e locais: Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (Apacc), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Paulo Freire (IPF) e Instituto Universidade Popular (Unipop).

Após o FSM 2009, a direção da ABONG recebeu a comunicação de que a gestão dos recursos do evento conseguiu um saldo positivo para, finalmente, cobrir a dívida do FSM 2005 ainda existente sem, com isso, deixar de atender a outros compromissos já assumidos. Foi possível aferir de modo concreto e palpável a solidariedade e a corresponsabilidade que são e devem ser as marcas do processo do Fórum Social Mundial.

A seguir, pode-se conferir os balanços financeiros da ABONG. Para nós, as questões da transparência e da prestação pública de contas estão intimamente relacionadas com o sentido político da organização e com a sua sustentabilidade político-financeira.

No capítulo desta publicação em que tratamos das questões de desenvolvimento institucional, há dois textos que se referenciam, especialmente, a dois dos momentos que aparecem nos números que apresentamos aqui: a administração dos recursos do Fórum Social Mundial até 2006 e a reestruturação político-administrativa e financeira de 2008.

7. Relatório financeiro

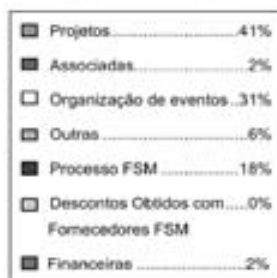
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais				
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO - 2006 a 2009				
ATIVO	2009	2008	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE				
<u>Disponível</u>				
Caixa	17,73	250,60	748,05	554,29
Bancos Conta Movimento	18.241,97	88.930,53	106.533,97	226.134,75
Aplicações Financeiras	353.279,47	76.645,90	150.454,28	40.378,49
Total Disponível	371.539,17	165.827,03	257.736,30	267.067,53
<u>Crédito</u>				
Adiantamento de Férias	5.010,27	4.057,39	3.730,83	9.451,81
Adiantamento Fornecedores			1.600,00	70.960,00
Outros Créditos		4.707,00	-	1.200,00
Adiantamento de projetos	35.238,47			
Adiantamento FSM 2005		231938,26	231.938,26	312.723,02
Total Créditos a Receber	40.246,74	240.702,65	237.269,09	394.334,83
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	411.785,91	406.529,68	495.005,39	661.402,36
ATIVO PERMANENTE				
<u>Imobilizado</u>				
Instalações		20.500,00	20.500,00	20.500,00
Móveis e Utensílios	6.579,04	29.579,04	55.853,19	56.023,19
Computadores e Periféricos	7.820,57	21.315,57	185.096,78	185.096,78
Máquinas e Equipamentos	2.568,98	5.768,98	61.199,52	60.485,52
Instalações Telefônicas	13.724,64	13.724,64	13.724,64	13.724,64
Direito Uso Telefones			-	2.273,16
Ferramentas			-	1.255,00
Acervo			-	504,75
Depreciação Acumulada	(-22068,75)	(22.804,46)	(209.403,87)	(149.809,16)
TOTAL ATIVO PERMANENTE	8.624,48	68.083,75	126.970,26	190.053,88
TOTAL ATIVO	420.410,39	474.613,43	621.975,65	851.456,24

PASSIVO	2009	2008	2007	2006
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores FSM 2005	15.970,00	91.577,95	91.577,95	102.398,85
Contas a Pagar FSM 2005		100.000,00	100.000,00	158.890,00
Fornecedores Abong	8.444,99	1.500,00	65,00	-
Obrigações Sociais	56.739,90	43.594,82	13.190,32	16.138,45
Obrigações Fiscais	5.796,76	11.363,75	7.994,91	11.529,57
Cheques a Compensar			3.940,00	-
Outras contas a pagar	318,12			
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	87.269,77	248.036,52	216.768,18	288.956,87
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS				
Resultado de Exercícios Futuros	403.388,62	397.765,29	489.674,56	579.790,55
TOTAL RES. EXERC. FUTUROS	403.388,62	397.765,29	489.674,56	579.790,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Reserva Patrimonial	24.063,57	24.063,57	24.063,57	24.063,57
Superavit/Deficit de Exerc. Anteriores	(195.251,95)	(108.530,66)	(41.354,75)	(1.107.286,15)
Superavit/Deficit Exercício	100.940,38	-86721,29	(67.175,91)	1.065.931,40
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(70.248,00)	(171.188,38)	(84.467,09)	(17.291,18)
TOTAL PASSIVO	420.410,39	474.613,43	621.975,65	851.456,24

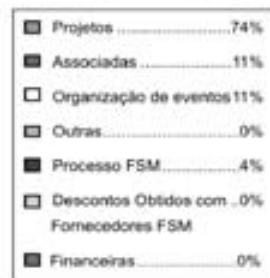
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
Demonstração do Resultado do Exercício - 2006 a 2009

DESCRIÇÃO	2009	2008	2007	2006
RECEITAS				
Receitas de Projetos - Abong	834.084,61	855.906,51	1.023.792,98	1.066.959,40
Receitas Associadas	38.101,86	123.454,76	104.815,27	141.486,84
Receitas Organização Fórum RTS	591.620,00	130.000,00	210.000,00	420.875,00
Receita de outros eventos	20.000,00			
Outras Receitas	117.493,29	1.188,00	37.531,11	57.492,91
Receitas Processo FSM	356.539,53	40.921,34	397.639,02	573.395,56
Descontos Obtidos com Fornecedores FSM			-	758.801,68
Receitas Financeiras	41.061,08	5.750,34	6.018,86	4.036,90
RECEITA BRUTA	1.998.900,37	1.157.220,95	1.779.797,24	3.023.048,29

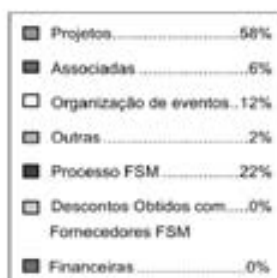
RECEITAS 2009



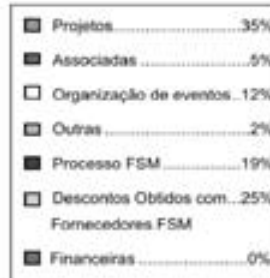
RECEITAS 2008



RECEITAS 2007



RECEITAS 2006



DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com Pessoal e Encargos	(550.395,60)	(666.965,73)	(766.752,08)	(875.540,31)
Despesas com Atividades	(520.611,05)	(333.526,64)	(500.724,01)	(596.313,94)
Despesas Administrativas e Gerais	(101.488,06)	(88.175,50)	(136.414,08)	(195.988,84)
Despesas FSM 2005 - Imprevistos	(19.283,68)		(54.735,34)	(14.577,20)
Despesas Forum e Conferencia RTS	(623.647,12)	(91.500,00)	(313.303,01)	(202.251,24)
Despesas com outros eventos	(19.957,74)			
Despesas Financeiras	(612,47)	(4.134,86)	(11.247,01)	(18.110,65)
Receitas a Recuperar			-	4.430,00
Despesas com Depreciação	(61.964,27)	(59.639,51)	(63.797,62)	(59.764,71)
(=) DESPESAS TOTAIS NO PERÍODO	(1.897.959,99)	(1.243.942,24)	(1.846.973,15)	(1.958.116,89)

Deficit / Superavit do Exercício	100.940,38	(86.721,29)	(67.175,91)	1.064.931,40
---	-------------------	--------------------	--------------------	---------------------

São Paulo, 27 de agosto de 2009

DESPESAS 2009



■	Pessoal e Encargos.....	30%
■	Atividades.....	28%
□	Administrativas e Gerais.....	6%
■	FSM 2005 - Imprevistos.....	1%
■	Organização de eventos.....	35%
□	Financeiras.....	0%

DESPESAS 2008



■	Pessoal e Encargos.....	57%
■	Atividades.....	28%
□	Administrativas e Gerais.....	7%
■	FSM 2005 - Imprevistos.....	0%
■	Organização de eventos.....	8%
□	Financeiras.....	0%

DESPESAS 2007



■	Pessoal e Encargos.....	47%
■	Atividades.....	28%
□	Administrativas e Gerais.....	8%
■	FSM 2005 - Imprevistos.....	3%
■	Organização de eventos.....	18%
□	Financeiras.....	1%

DESPESAS 2006

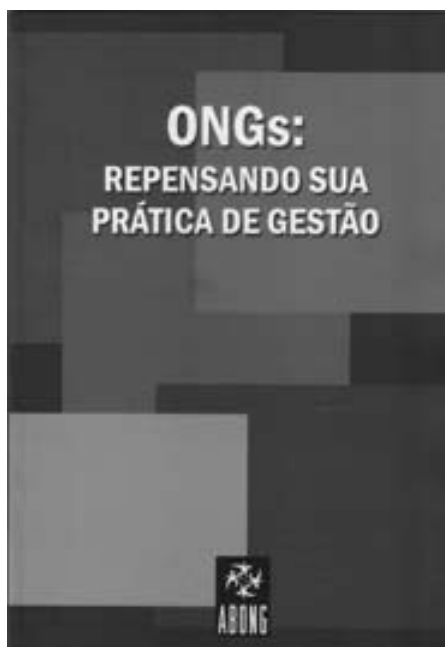


■	Pessoal e Encargos.....	46%
■	Atividades.....	31%
□	Administrativas e Gerais.....	10%
■	FSM 2005 - Imprevistos.....	1%
■	Organização de eventos.....	11%
□	Financeiras.....	1%

Veja a seguir as publicações e produtos lançados pela ABONG nesta gestão.



Um novo marco legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática
2007



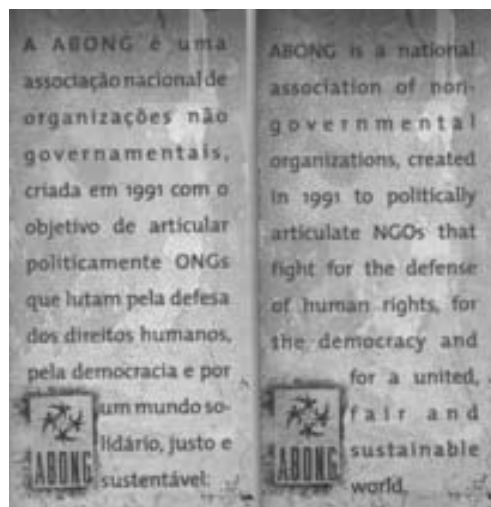
ONGs: repensando sua prática de gestão
2007

8. Publicações e produtos



**Diplomacia não-governamental:
a intervenção das ONGs num
sistema internacional em crise**
2007

Parceria: Coordination SUD



**Folder Institucional
ABONG**
2008



Memória ABONG

Texto base elaborado por
Rosangela Paz e Mariângela
Graciano
2009



Folder Institucional Forum Internacional das plataformas nacionais de ONG

2010

Realização: Secretaria
Executiva do Fórum
Internacional de
Plataformas (Coordination
SUD) e Centro de Recursos
Internacionais www.ong-ngo.org



SOS Comunidade Vale do Itajaí: monitoramento e organização comunitária em desastres

2010

Parceria: Camp e Centro de Direitos Humanos Joinville

Apoio: Oxfam GB



Novo site ABONG
2010

Conheça as organizações que se associaram à ABONG neste período. Elas estão elencadas de acordo com o regional que integram.

Regional	Organização e Estado	Área(s) de atuação
São Paulo	Instituto Rio 7 (SP)	Consumo, justiça e promoção de direitos, meio ambiente, questões urbanas, relações de gênero e discriminação racial, trabalho e renda.
	Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia (SP)	Relação de gênero e discriminação sexual, comunicação, justiça e promoção de direitos, arte e cultura, saúde.
	Associação Imagem da Vida (SP)	Consumo, justiça e promoção de direitos, meio ambiente, questões urbanas, relações de gênero e discriminação racial, trabalho e renda, arte e cultura.
Nordeste III	Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora – CEAT (CE)	Agricultura, meio ambiente, organização popular, participação popular.
Sul	CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (RS)	Educação, justiça e promoção de direitos, questões agrárias, trabalho e renda.
Sudeste	INSTITUTO EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global (RJ)	Relação de gênero e discriminação sexual, comunicação, justiça e promoção de direitos, arte e cultura, saúde.
	COMCAUSA (RJ)	Educação, saúde, discriminação racial, relação de gênero e discriminação sexual, justiça e promoção de direitos.
Amazônia	FÓRUM CARAJÁS – Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás (MA)	Fortalecimentos de outras ONGs, movimentos populares, orçamento público, questões urbanas.
	Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável – ADEIS (AM)	Desenvolvimento local, meio ambiente, cidadania e direitos humanos.
Centro Oeste	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH (DF)	Justiça e promoção de direitos, saúde, educação.

Observação: Algumas organizações já tiveram sua aprovação política nas reuniões do Conselho Diretor, mas não constam na lista acima porque não entregaram documentos necessários para a filiação.

9. Organizações associadas no período de 2007 a 2009

10. Desafios para o próximo período

No ano de 2010 será realizada mais uma Assembleia Geral da ABONG. O principal desafio que se coloca para a Associação é a atualização do seu projeto político, a construção de um qualificado processo de sucessão, com envolvimento significativo do campo associativo no debate em torno da avaliação, a partir das prioridades estabelecidas em 2006, e a reflexão crítica e coletiva em torno da estrutura e de um projeto de médio prazo para a organização.

A seguir, estão elencados outros desafios importantes e que devem orientar também a definição das prioridades do próximo período. Eles foram expressos no documento político elaborado pela atual gestão em janeiro de 2010 chamado “ABONG, a que será que se destina?” (anexo I).

Consideramos esta reflexão uma importante contribuição para a próxima gestão, na medida em que ela trata de três aspectos indispensáveis para a Associação: a identidade da ABONG enquanto sujeito político, a sua ação e a sua gestão institucional.

OS DESAFIOS SÃO:

1. O fomento de maior sinergia e interação entre associadas e direção ampliada da ABONG, com base na revisão e fortalecimento dos arcos de alianças;

2. O enfrentamento da multiplicidade de expectativas relacionadas ao papel da ABONG, muitas vezes demandadas por associadas, outras vezes orientada pelo desejo de ação corporativa, na perspectiva de, com base nos projetos e na conjuntura, definir claramente prioridades factíveis e capazes de fortalecer a ABONG como sujeito político;

3. A construção de novas alternativas de superação para a crise de sustentabilidade do campo, com questionamento quanto: (a) às formas e modelos de acesso e gestão de recursos públicos; (b) às formas de mobilização de recursos privados nacionais e internacionais; (c) às mudanças de critérios da cooperação internacional, incidindo em perda de financiamentos e, por vezes, apoio político;

4. A ampliação de canais que permitam maior compreensão, por parte da sociedade e da população difusa, em torno da ação política e da legitimidade das organizações de defesa de direitos;

5. O desafio de assegurar a capilaridade de funcionamento da Associação, com base na constituição de nova estrutura fundada na revisão do projeto político.

Anexos

ABONG, a que será que se destina?

Texto político

Elaborado pela Diretoria Executiva Colegiada da ABONG

O texto que apresentamos tem por objetivo suscitar questões e contribuir para processos de reflexão coletiva em torno dos rumos da ABONG em importante momento de assembleia da associação.

Considerando os elementos complexos da atual conjuntura internacional e nacional - bastante debatidos em regionais, no conselho diretor e em eventos da associação -, elencamos alguns aspectos importantes que permitem, com base na releitura de seu projeto de origem, expresso na Carta de Princípios da ABONG, a construção coletiva do projeto político-institucional orientado pela afirmação da *radicalidade de sua ação política* - especialmente no que se refere à superação da democracia liberal formal, contribuindo para uma democracia pautada no enfrentamento das desigualdades e para a conquista efetiva de direitos humanos.

Espera-se que seja uma contribuição para atualização do debate sobre nossa pertinência e a pergunta provocadora que nos orienta (a que será que se destina?) nos instiga a pensar desafios sobre a relevância da existência da ABONG em um universo com tantas articulações, redes, fóruns, contribuindo para orientar nosso foco político, assim como apresentar mais clareza sobre o quê, com quem e como queremos construir e enfrentar juntos adversidades e desafios que o “estar vivo” nos coloca.

Prioritariamente essa reflexão precisa situar-se no contexto de desafios postos aos movimentos sociais e a toda a sociedade civil brasileira que tem vivenciado necessárias releituras, culminando ou não em transformações radicais de seus projetos político-institucionais e das opções políticas e alianças construídas.

Após breve histórico sobre a ABONG e o sentido de sua fundação, o texto divide-se em três blocos de questões, relacionadas a seguir:

- (i) identidade como sujeito político;
- (ii) formulação de sua agenda pública e das bases de sua ação “para fora”;
- (iii) dinamização institucional interna, considerando hoje os desafios históricos de consolidação do campo associativo marcado pela diversidade e pela desigualdade interna.

I - Breve histórico

No final da década de 1960 vivenciamos a instalação de uma brutal ditadura militar, com consequente repressão a todas as formas de organização social, violação de direitos humanos e fechamento do Congresso. Algumas das organizações da sociedade civil, de inspiração humanista, passaram a receber quadros políticos perseguidos pelo regime, entrando em contato com uma dura realidade e com um profundo debate estratégico acerca das causas da miséria em nosso país.

Intensificava-se a compreensão de que a base das desigualdades e das violações de direitos humanos decorria da estrutura autoritária do Estado brasileiro. Muitas organizações que viriam a ser as entidades fundadoras da ABONG possuíam estreitas relações com a rede de cooperação internacional, assim como articulações internacionais, e mobilizaram recursos, apoio político e logístico para a reconstrução paulatina da democracia no Brasil.

Implementando trabalhos de assessoria a movimentos sociais inspirados em princípios da educação popular, contribuindo para mobilizações importantes como a luta pelas reformas urbana, agrária, sanitária, contra a Carestia, pelo combate à violência contra a mulher, combate ao racismo e à desigualdade étnico-racial, pelo acesso a direitos humanos, entre outras, a sociedade civil brasileira e os movimentos sociais foram somando forças para o enfrentamento de uma ditadura já em processo de desgaste político, assim como um Estado financeiramente quebrado em função da opção pelo acelerado modelo de crescimento.

A natureza da relação entre movimentos sociais e organizações de assessoria ou de educação popular, como eram denominadas

essas ONGs, imprimiu marcas na cultura institucional, nas missões e formas de intervenção, caracterizando muitas delas como entidades “a serviço” dos movimentos sociais. Essas relações sempre foram marcadas por contradições e tensões bastante relacionadas às dimensões de alteridade, à autonomia e à definição de papéis. Com o tempo, essas contradições continuam a existir e passam a ganhar novas dimensões a partir da transformação de papéis dos sujeitos políticos e, principalmente, da emergência de novos sujeitos políticos nos anos de 1990.

Com a abertura democrática, nos anos de 1980, essas entidades do campo de defesa de direitos humanos passaram a investir pesadamente na construção de mecanismos que reconhecessem, formalmente, os direitos humanos em todas as suas dimensões. Contaram, essencialmente, com o apoio da rede de Cooperação Internacional e com a construção de fortes parcerias com movimentos sociais, universidades, sindicatos e partidos, todos sujeitos políticos vitais na reconstrução da democracia brasileira. Acreditávamos ferrenhamente no quanto a democracia permitiria a construção de um país justo, marcado pelo reconhecimento de direitos formalizados em uma Constituição Federal (1988), de clara inspiração social democrata.

Junto à proposição de universalismo de políticas públicas, onde possuía o Estado brasileiro a primazia pela responsabilidade de garantia dos direitos, inscrevemos mecanismos claros de participação, de controle social e de regulação pública.

Movimentos de defesa de direitos, relacionados aos novos sujeitos que emergem em cena nos anos de 1990, conferem também o tom do respeito à diversidade e da importância da visibilidade das desigualdades de gênero, de raça e de etnia, além de assegurar às crianças e adolescentes e aos idosos, o status da cidadania.

O contexto era bastante contraditório, considerando, por um lado, o aumento das mobilizações e visibilidade em torno das lutas por direitos humanos e, por outro, o avanço da ofensiva neoliberal em todo mundo, consolidada nas orientações emanadas do Consenso de Washington (EUA, 1989).

Após a queda do Muro de Berlim (1989), no bojo da crise do socialismo e das experiências de Bem Estar Social europeias, emergem os discursos do “fim da história” e das utopias. Alimentando a complexidade desse momento, decorriam nos anos de 1990 o ciclo de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) que expressavam a pauta impressa pela emergência de novos sujeitos políticos a partir do protagonismo de suas lutas e da centralidade dos direitos humanos como algo universal: mulheres, negros/as, indígenas, ambientalistas, soberania alimentar, entre outros.

Tais lutas ganham centralidade e disputam pautas, avançando em diferentes esferas, em especial nos eventos do Ciclo de Conferências da ONU, como a Eco92 (Rio de Janeiro/Brasil, 1992), a II Conferência de Direitos Humanos (Viena/Áustria, 1992), IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo/Egito, 1994), IV Conferência da Mulher (Beijing/China, 1995), a Conferência Mundial de Alimentação (1996), o Fórum Mundial de Educação (2000) e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban/África do Sul, 2001), o que muito expressava sobre as pautas políticas mundiais.

Muitas das organizações do campo de defesa de direitos humanos passam a incorporar novos temas, redesenhar suas lutas, reconfigurar parcerias e missões institucionais. A Cooperação Internacional é uma clara aliada para a consolidação da democracia. Após o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, por corrupção, segue-se o governo Itamar Franco que põe as bases para o que depois seria consolidado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, instaura-se de forma bastante consistente a implementação da reforma do Estado brasileiro, considerando as entidades da sociedade civil parceiras estratégicas para implementação de políticas sociais, como forma de desonerar o Estado brasileiro e envolver toda a sociedade em uma anunciada grande pactuação transclassista, regida pelo princípio da solidariedade, em contraposição à luta pela conquista de direitos.

Retrocesso das conquistas formais obtidas na Constituição de 1988, o Programa Comunidade Solidária e outros canais de relação entre Estado e sociedade civil estabelecem formas de repasse de

recursos públicos na perspectiva de execução de políticas públicas. Subordinadas à lógica de reforma do Estado, configuravam relações bastante instrumentais e prejudiciais a um projeto de fortalecimento da esfera pública e de transformação da sociedade.

Pautado por essa lógica de “parceria”, institui-se a revisão da regulação de repasse de recursos públicos e após longas rodadas de debate sobre um marco legal para o “terceiro setor”, é formulada a Lei do Terceiro Setor (Lei 9.079/99), como ficou conhecida a regulação das OSCIPs, que institui o instrumento jurídico do Termo de Parceria (entre Estado e Sociedade).

Dentro dessa perspectiva transclassista de pactuação social e fazendo coro com as iniciativas de amenização da pobreza - sem que se impacte nas questões estruturais das desigualdades -, emergem para disputar sentidos da ação não-governamental as entidades filantrópicas empresariais, assim como se veem fortalecidas as organizações de caráter caritativo e assistencialista. É nesse período que conceitos como o de “responsabilidade social” e de “investimento social privado” ganham visibilidade, associados no mercado a práticas empresariais capazes de “agregar valor à marca”.

Nesse período, o cenário internacional vivencia uma guinada com a eleição de governos conservadores em países como Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e Alemanha, reforçando mudanças na agenda, nos critérios e prioridades da Cooperação Internacional, fazendo sentir a primeira grande crise dessas mudanças em final dos anos de 1990.

A conjuntura latino-americana encontra-se dilapidada pelas opções de governos neoliberais, tendo no Chile sua experiência pioneira, e pelo triste histórico de ditaduras. Alguns países, como Argentina, apresentam crise financeira profunda após assunção do receituário neoliberal e a América Latina começa a rearticular-se a partir dos movimentos e organizações sociais. É forte, em contraposição, as iniciativas de criminalização dos movimentos, bem como da pobreza. As Instituições Financeiras Multilaterais investem pesado em programas focalistas, amenizadores da pobreza em um mundo cada vez mais desigual.

É nesse contexto que algumas organizações optam, então, por associar-se e criar a ABONG (1991), com vistas a vocalizar posições para a cooperação internacional, para governos, sociedade e movimentos sociais, sobre o que deveria ser o papel e sentido de existência das não governamentais. Centrava-se nos pressupostos de fortalecer a luta por outro modelo de desenvolvimento, pela afirmação da cidadania, pela visibilidade de diferentes lutas em momento de aparente consolidação da democracia. Objetivava-se também construir um campo de diálogo com movimentos sociais, Estados e com a Cooperação Internacional, com claro perfil de diferenciação do universo mais amplo das organizações sem fins lucrativos no Brasil, o qual, a essa altura e como reflexo tanto da democracia, como da lógica de reforma do Estado, já apresentava diversidade e quantidade suficientes para diluição do conceito de “não-governamental”. Entre os anos 1980 e 1990 emergem, em toda América Latina, associações nacionais de ONGs, assim como é fundada a Associação Latino-americana de Organizações de Promoção (ALOP).

O Brasil adere fortemente às propostas neoliberais, mesmo com o Estado falido após o modelo ditatorial de crescimento. Aos movimentos sociais e ONGs são postos dilemas importantes, tendo por centralidade o quanto a democracia em curso não trouxe, necessariamente, igualdade e justiça social. O foco da reflexão passa a se deslocar para o questionamento do modelo de desenvolvimento e para os limites da democracia formal em construção.

Nos anos de 2000 as rearticulações mundiais, conflitos e manifestações de grande porte, como as manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle (EUA, 1999), a consolidação de mobilizações em redes e fóruns temáticos e emergências de novos sujeitos, permitem a construção de processos políticos vultosos, como o Fórum Social Mundial. Marcado como um grande momento de convergência de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, cidadãos/cidadãs que acreditavam ser possível construir um outro mundo, o FSM tinha como desafio construir novas pautas, assegurar voz e visibilidade para aqueles/as que sempre foram oprimidos/as e contrapor-se à abordagem economicista, ao padrão hegemônico de poder personificado por homens brancos, ocidentais, de poder bélico e endinheirados.

Opunha-se, portanto, à hegemonia do patriarcado, do racismo, da homofobia e do sistema financeiro, de estereótipos culturais e políticos e também ao receituário neoliberal, concorrendo, simbolicamente, com o evento em Davos (Suíça).

No entanto, o ataque terrorista aos Estados Unidos (2001) contribui para fortalecer um acirramento da criminalização dos movimentos sociais e da sociedade civil de uma forma geral, sob a justificativa de combate ao terrorismo.

A centralidade das lutas passou a ser, então, orientada pela diversidade de ações políticas, pelo direito de existir e manifestar-se como sujeitos políticos e se retomam, em alguma medida, as ruas. Ao lado do movimento pelas conquistas democráticas, emerge a diversidade e o multiculturalismo da sociedade brasileira, exigindo novos olhares e saberes que contemplassem a dimensão de gênero, a livre orientação sexual, a dimensão racial, étnica, regional, ecológica, geracional, entre tantas outras que nos desafiam a construir novas estratégias, a buscar outros elementos de análise e a qualificar os já existentes, no sentido de constituir e ampliar a malha de direitos e deveres que deverá fomentar e sustentar novos paradigmas de civilização, legal e cultural, de nossa sociedade.

No Brasil, após dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998-1999/2002), chega ao poder o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com base em ampla articulação de centro-esquerda, construída ao longo de décadas com a mobilização de militantes partidários, sindicatos, organizações universitárias e, especialmente, pela diversidade de movimentos sociais (de mulheres, de reformas urbana e agrária, movimentos indígenas, de defesa de direitos, da seguridade, movimento negro, entre outros).

Com a ascensão de Lula ao poder, personificando possibilidades de efetivação de todas as mobilizações representadas nos sujeitos políticos que contribuíram para sua eleição, inicia-se período de profundos desafios para os movimentos sociais e para os rumos da democracia brasileira.

É neste contexto de tantas e tão rápidas mudanças que o campo associativo e a própria ABONG têm se mantido e movimentado, nele atuando para transformá-lo, mas também sendo por ele

transformado, dado que por sermos organizações que desafiam os princípios do pensamento hegemônico, somos, em certo sentido, minoritárias e, portanto, expostas a dinâmicas de poder que nos levam a muitos reveses, ainda que não consigamos desmontar a nossa existência e o nosso sentido político.

II- Identidade como sujeito político

O contexto atual nos apresenta desafios importantes. Para refletir sobre nossa identidade, levamos em conta nossa história e trajetória, mas também as dinâmicas e questões conjunturais.

Como vimos, a ABONG nasce para representar um campo que congrega cerca de 300 ONGs filiadas em universo de mais de 338 mil organizações sem fins lucrativos [1], no Brasil. Do seu campo específico, fazem parte ONGs comprometidas com o aprofundamento da democracia e a defesa dos direitos humanos; ONGs que assumem uma função sociopolítica, pautada na sua Carta de Princípios e em seu Estatuto.

A ABONG representa um conjunto de organizações, muitas das quais forjadas na luta por direitos políticos de participação e organização, outras advindas de conjunturas mais recentes, que no percurso do período anterior para o final dos anos de 1990 até 2000 foram retroalimentando o seu pensar e o seu fazer. Algumas foram se “adaptando” às exigências conjunturais, outras construindo sua autonomia, ou ainda, legitimando-se como referência nesta ou naquela área específica. Constitui-se, portanto, em um campo bastante heterogêneo e, acima de tudo, desigual, cuja permanente afirmação precisa ser compreendida com base em seu projeto político original, expresso em sua carta de princípios, na sua história e nos desafios do contexto que a cerca.

A consolidação da democracia formal, como sabemos, não conseguiu assegurar igualdade e justiça sociais, nem tampouco o respeito à diversidade, reforçando o quanto as mazelas existentes relacionavam-se a questões estruturantes da nossa sociedade, como as relações de classe, raça/etnia e gênero.

O modelo em curso combina a prioridade de fortalecimento superavitário com o consequente contingenciamento de

investimentos econômicos, viabilizadores de direitos em políticas públicas consagradas pela Constituição, com proliferação de programas distributivos, de forte cunho assistencialista, com vistas à redução dos patamares de pobreza e à inclusão das pessoas pobres pelo consumo.

Além disso, embora mobilize e convoque processos de debate público sobre diferentes políticas setoriais, o governo pouco reconhece deliberações e processos decorrentes de esferas públicas consagradas, como conselhos setoriais, que venham a questionar as suas ações estruturais e mesmo o padrão de democracia consolidada.

Nesse cenário, partimos de questões relacionadas à identidade da ABONG. O que significa afirmar-se como sujeito político? Quais são os elementos e os sentidos políticos de tal afirmação? O que permite a ABONG autodeclarar-se como sujeito político? Quais os limites, margens, dificuldades, contornos, possibilidades de uma associação em se colocar como sujeito? Seria a ABONG um sujeito formado de vários sujeitos - suas associadas - ou seria um sujeito que é maior do que as partes que o compõem?

A partir desse debate de definição de identidade, apresentam-se temas relevantes para estruturar as bases do projeto político em construção. Quais são, hoje, as controvérsias, desafios e caminhos para a ABONG? Qual e como se define (e redefine) sua ação política e agenda pública central, ou os elementos que permitam sua constante renovação em momento tão particular da conjuntura internacional e nacional?

Estas e outras não são questões de pouca relevância nem apenas jogo de palavras, mas sim tensões e contradições fundantes da própria possibilidade de criação e de permanente e necessária revisão de um sujeito político. No caso da ABONG, como qualquer sujeito político, mesmo que não tenhamos consciência cotidiana de tais tensões, são elas que nos constituem e nos definem.

E por ser assim, a primeira questão/definição que se faz necessária é o modo como entendemos o *ser sujeito político*. Esta também não é uma definição simples, dado que a própria tradição teórico-política que marcou o pensamento e a ação de muitas das

ONGs associadas à ABONG, referenciou-se, por muito tempo, - e ainda há quem assim considere - com a ideia de que os processos históricos de transformação social e política comportavam apenas um único sujeito que era derivado de um dado lugar nas relações de produção.

Contudo, na complexidade e nas dinâmicas dos processos políticos, é exatamente no surgimento dos denominados “novos” movimentos sociais, incluindo a visibilidade das ONGs no Brasil, em meados da década de 1970, que se coloca em cena a possibilidade de pensarmos os sujeitos no plural, na sua diversidade, pluralidade e diferenças e assim sendo, nos leva também a repensar a definição do que somos como sujeito, nesse momento.

De modo sintético, podemos dizer que o ser sujeito se define pela existência de um projeto que, por sua vez, se ancora na autonomia, aqui compreendida como um desejar e agir conforme si mesmo. Todavia, o existir e o agir do sujeito se dão em condições históricas específicas e na relação cotidiana com outros sujeitos. Assim sendo, o ser sujeito implica o reconhecimento das condições do presente e ao mesmo tempo a capacidade de imaginar outros futuros. Ou seja, todo sujeito é aquele que se constrói, construindo (e reconstruindo) a sua utopia.

Se as dimensões da autonomia e do projeto são fundantes do ser sujeito, como elas constituíram e constituem a ABONG como sujeito? No caso da autonomia, termo muito caro para as associadas da ABONG, este vem quase que automaticamente atrelado à pergunta: autonomia em relação a quem ou a quê?

Em referência ao projeto, a questão que se coloca, debatida no processo de construção da assembleia, proveniente de suas instâncias, é: a ABONG tem ou pode ter um projeto próprio ou suas ações e lutas devem espelhar a somatória das lutas de suas associadas, ou mesmo limitar-se aos interesses associativos? Mescla-se isso, ou empreende-se tônica maior a alguma dessas abordagens?

Ainda, unificando um pouco as duas dimensões, há outra questão: é possível que a direção da ABONG tenha autonomia relativa com relação às suas associadas agindo, portanto, no limite da tensão entre representar e dirigir?

Ao longo de quase duas décadas da ABONG estas questões se apresentaram com graus variados de complexidade, contradições e tensões. Nesse sentido, a ABONG nasce para unificar um campo que já existia em parte e depois de 19 anos, é importante retomar seu projeto original para enfrentar seus desafios de legitimação. Assim, após quase duas décadas, nos voltamos a responder para o que existimos.

Ressaltamos em particular os dilemas postos aos movimentos sociais e à sociedade civil brasileiros após a devastação gerada pelo aprofundamento das opções neoliberais tanto de gestão da máquina pública, do aprofundamento da crise, quanto dos seus rebatimentos sobre formas organizativas e associativas em modos de vida.

Tornando mais complexa essa situação sinalizamos a presença de governos do chamado campo de centro-esquerda, estrangulados em compromissos com a estabilidade econômica e a governabilidade política. Acentuando esse processo, a enorme lacuna entre os avanços legais em dissonância com as conquistas reais no campo dos direitos.

E aqui se faz importante demarcar o quanto as mudanças, processadas nas últimas duas décadas, junto ao perfil, natureza de ação e papel político das ONGs brasileiras, ocorreram com uma velocidade tal que interfere na nossa capacidade de construir o distanciamento e a perspectiva histórica necessários para entender a sua complexidade e as dinâmicas políticas que afetamos e que nos afetam. Agimos e refletimos no tempo presente, de forma bastante reativa e muitas vezes nos deixamos invadir pelo pragmatismo, o que interfere de modo bastante grave na nossa capacidade de construir estratégias com base em projetos e experimentá-las.

A ABONG foi criada não apenas para representar os interesses de suas associadas, mas principalmente para potencializar as ações das mesmas e criar e demarcar distinções políticas fundamentais para a realização de seu projeto político de transformação radical da sociedade, lhe sendo muito particulares e prioritárias as dimensões da radicalização da democracia e da participação.

Em certo sentido a ABONG é um sujeito que tem como seu projeto a possibilidade de contribuir para a criação e instituição de novos e outros sujeitos políticos e tem priorizado relacionar-se e fortalecer ações em redes e fóruns, uma das estratégias de articulação inovadoras a partir dos anos de 1990.

Essas inovações têm permitido a incorporação, para dentro da associação, de causas políticas oriundas dos sujeitos políticos que vão surgindo a partir da complexificação da sociedade, trazendo consigo não apenas novas lutas, mas também outros modos de fazer política. Assim sendo, temos o desafio de incorporar de modo ativo e não hierarquizador os sujeitos e lutas aos elementos que tem marcado tanto a história da ABONG, como seu campo associativo.

Ou seja, como a ABONG, do seu lugar de sujeito político, pode potencializar lutas e sujeitos sem se arriscar numa fragmentação de baixa densidade política ou numa prepotência ilusória de ser o grande sujeito de todas as lutas? Isso significa, para nós, a necessidade de que não só o nosso discurso, mas também a nossa prática, dinâmicas e estruturas possam ser utilizadas em favor do fortalecimento dos vários processos políticos em curso, sem perder o sentido político da nossa existência e do que nos define: somos uma associação de ONGs. E assim, uma questão fundamental para o nosso debate na assembleia é: o que cabe a um sujeito assim definido ser e fazer para fortalecer nossas associadas e suas tantas lutas?

III- Ação política da ABONG - questões prementes

Partimos, portanto de conteúdos acumulados, de uma legitimidade política construída junto a outros sujeitos sociais nacionais e internacionais, às redes, movimentos sociais, junto às associadas e mesmo a governos para pensarmos os desafios de releitura do projeto político original, expresso na Carta de Princípios da ABONG. O projeto deve servir como referência à repactuação nas assembleias trienais, porém a associação vem questionando a necessidade de releitura, de revisão das bases que orientam sua ação política frente a alguns desafios que se colocam, hoje para o campo de organizações de defesa de direitos humanos, no qual insere-se a ABONG.

São estes alguns dos importantes desafios que precisam ser enfrentados a partir do projeto político:

(i) o fomento de maior sinergia e interação entre associadas e direção ampliada da ABONG, com base na revisão e fortalecimento dos arcos de alianças;

(ii) o enfrentamento da multiplicidade de expectativas relacionadas ao papel da ABONG, muitas vezes demandadas por associadas, muitas vezes orientada pelo desejo de ação corporativa, na perspectiva de, com base nos projetos e na conjuntura, definir claramente prioridades factíveis e capazes de fortalecer a ABONG como sujeito político;

(iii) a construção de novas alternativas de superação para a crise de sustentabilidade do campo, com questionamento quanto: (a) às formas e modelos de acesso e gestão de recursos públicos; (b) às formas de mobilização de recursos privados nacionais e internacionais; (c) às mudanças de critérios da Cooperação Internacional, incidindo em perda de financiamentos e, por vezes, apoio político;

(iv) a ampliação de canais que permitam maior compreensão, por parte da sociedade e da população difusa, em torno da ação política e da legitimidade das organizações de defesa de direitos;

(v) o desafio de assegurar a capilaridade de funcionamento da associação, com base na constituição de nova estrutura fundada na revisão do projeto político.

Portanto, o projeto que orienta a ação político-institucional deve contribuir não apenas para o fortalecimento desse sujeito na sociedade, mas, centralmente, para aprofundar e dinamizar a relação do campo associativo, assegurando o sentimento, por parte das associadas, de ser ABONG.

Com base no projeto político, é possível refletir sobre prioridades que a conjuntura e o arco de alianças nos colocam, assim como ser antes de tudo propositivo e ofensivo quanto às dinâmicas sociopolíticas. A definição clara dessas prioridades, em processo construído a partir dos regionais, permite o desenho de

uma agenda pública, que pode renovar-se e rever-se de acordo com as dinâmicas associativas, com as alianças e questões conjunturais.

As prioridades a serem definidas na assembleia, fundadas no projeto da associação, traduzem, também, pactuações de nosso universo associativo, acenos quanto a diálogos estratégicos e táticos, com vistas à transformação da realidade. Essa afirmação parte da recorrente avaliação sobre os limites do processo de indicação das prioridades e os desafios conjunturais apresentados, que nos instigam a refletir sobre essa construção.

Essa base e a necessidade de construção de respostas coletivas, capazes de enfrentar os dilemas postos hoje para a associação, devem contribuir, em primeiro lugar, para gerar maior e mais profunda compreensão da ideia de crise que permanentemente nos acompanha e quais suas dimensões reais e possibilidades de renovação.

Este é um esforço necessário, considerando que nosso universo associativo já é constituído de diferentes (e desiguais) maneiras, sendo que o papel “novo” a ser assumido pelas ONGs, ao menos do campo com o qual nos identificamos, não é algo construído apenas a partir das pressões e dos contextos e processos externos, mas a partir de como as identidades diversas nesse universo vem sendo redesenhadas nessa última década.

Não é possível escapar da constatação de que o campo associativo, e por decorrência lógica, a ABONG, enfrenta um momento complexo e contraditório que, por vezes, nos dá uma sensação de esgotamento ou mesmo “fim da nossa história”. Contudo, a brevidade do tempo histórico da nossa existência - seja como ABONG e seus quase 19 anos, seja como suas associadas, que majoritariamente têm menos de 30 anos - não nos permite sequer imaginar que cumprimos o nosso destino ou nele fracassamos. Mas ao mesmo tempo, não podemos nos agarrar apenas aos modos que fomos e tomá-los como parâmetros das nossas possibilidades de ser. Temos que entender e significar nossa existência na junção do que nos marca fundamentalmente e nas tantas possibilidades de, no tempo de agora, seguirmos construindo o que pensamos, fizemos e desejamos há 3 décadas. Como afirmamos anteriormente,

todo sujeito tem a marca do tempo futuro, todo sujeito é um devir. Assim sendo, a grande questão para a assembleia é tomar o nosso projeto político nas mãos e fazer dele a matéria a partir da qual continuaremos a escrever e fazer o nosso devir, ainda que para isso seja necessário pormos ou inventarmos outras palavras.

IV - Dinâmica institucional da ABONG:

Os desafios apresentados fundam-se na revisão do projeto político e este último deve orientar o redesenho das dinâmicas institucionais da ABONG.

O centro dessa questão relaciona-se à capacidade de pactuar as escolhas melhores, no sentido de assegurar, no processo da assembleia, o fortalecimento do projeto político e da capacidade de ação política a partir de estratégias importantes como:

a) O universo de alianças políticas da associação. Com quais sujeitos políticos, a partir de quais termos e agendas a ABONG pretende relacionar-se? Há novos elementos para essas alianças? Há mudanças coletivas, de campo a serem constituídas? Há novidades institucionais e mesmo emergência de sujeitos outros que podem consistir em novo arco de alianças?

b) A definição do lugar institucional da ABONG na relação com redes, fóruns e movimentos sociais, assim como em processos como o Fórum Social Mundial, cuja decisão de seus rumos é hoje algo bastante estratégico.

c) A definição dos conteúdos e processos políticos que são específicos da ABONG, ou seja, o que para se efetivar, tem na ABONG o principal sujeito?

Por fim, a clara definição dos elementos em torno das questões acima, assim como da revisão de princípios e do lugar institucional da ABONG, é ingrediente para construção coletiva do projeto, tendo por finalidade a necessidade de repensar a democracia, a participação e a igualdade, assim como a afirmação de direitos frente ao esgotamento do modelo de desenvolvimento no qual vivemos.

Nesse contexto não podemos deixar de refletir profundamente sobre a estrutura da ABONG, dado que toda e qualquer estrutura só tem sentido de existir para dar conta do projeto político. As estruturas para terem sentido precisam ser vivas e não sacralidades mortas nas quais os processos tem que caber, mesmo que seja à custa do seu sentido.

A estrutura da ABONG sempre aparece como sendo uma questão para a sua direção e corpo associativo. Passa por transformações em praticamente todas as gestões, de uma forma ou de outra, sempre orientada por elementos relacionados à operacionalidade e recursos e, mais recentemente, nas três últimas gestões, as concepções de democracia interna, de lugares institucionais e de organização da gestão.

Longe de ser casuísta, ainda assim a composição das últimas direções tem se pautado por mudanças e reformulações as quais não refletem, necessariamente, reflexões de maior fôlego em relação ao projeto, ainda que se relacionem às reflexões sobre democracia interna, equilíbrio de gênero na direção, entre outros elementos.

A relação entre a direção e algumas associadas também é uma lacuna que precisa ser enfrentada na revisão do projeto, principalmente a partir de crescente aprofundamento sobre quem são nossas associadas, como vivenciam desafios da conjuntura, e como vivenciam, elas mesmas, transformações.

Ou seja, é fundamental a aproximação permanente e conhecimento maior sobre nosso corpo associativo. Procuramos maior aproximação, mas é preciso observar que as instâncias da participação da associação favorecem a relação instrumental ou, no mínimo, contribuem para a relação passiva das associadas com o corpo dirigente.

Além disso, algo pendente há anos relaciona-se à regionalização da ABONG, onde o Conselho Diretor vem refletindo sobre suas incongruências e limites. A forma como hoje os oito fóruns regionais dividem-se não contribui para fortalecer a capilaridade da associação, tampouco para o fortalecimento de projetos regionais, considerando que sequer orientam-se pela divisão das regiões geopolíticas brasileiras.

Ao mesmo tempo, há consenso de que não cabe a “estadualização”, como forma de conferir capilaridade, e o que deve orientar é, certamente, a construção de uma estrutura que permita fortalecimento de coletividade, do sentimento de pertencimento, possibilidade orgânica de construção de agenda pública, constituir a associação como espaço que contribua para reflexão coletiva, troca e fortalecimento institucional da ABONG entre outros aspectos. Foram formuladas algumas propostas de estrutura e o debate sobre elas está em curso nos regionais. Elas refletem concepções sobre a ABONG e precisam ser debatidas à luz de pactuação em torno do projeto. Ver anexo.

Por fim, como afirmamos no começo deste texto, a presente análise buscou resgatar um conjunto de debates que foram feitos ao longo dos últimos meses em diversas instâncias (executiva, conselho diretor, regionais) e momentos, colocando-os como ponto de continuidade para os debates e decisões da Assembleia. Assim sendo, não temos conclusões fechadas, esperamos que nossos processos coletivos continuem a construir questões, possibilidades e respostas para seguirmos sendo as/os fazedoras/es do nosso destino, pois como nos disse o psicanalista Hélio Pellegrino:

“Acontece que nós, humanos, nas lajes chão que nos suporta, somos signo e linguagem, enraizados no coração selvagem da vida. É dessa floresta, cheia de rumores confusos, que virá o alfabeto pelo qual vamos tentar a decifração do mundo. Um bloco de granito pode dar a matéria que vou talhar para, de seu tutano, extrair o barco de pedra que me levará ao naufrágio. Ou a lápide do meu túmulo se me disponho a morrer em terra. Ou o monumento por cujo intermédio grito para o mundo a minha utopia- ou minha revolta. seja como for, leio o granito a partir do meu sonho, é esse que o decifra- e o trabalha”

Portanto, cabe a nós, todas e todos, na articulação de lutas e utopias responder à questão: **ABONG, a que será que se destina ?**

[1] Segundo dados do suplemento especial IBGE/IPEA/ABONG/ GIFE existiam em 2005 338 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil.

Números da comunicação

A seguir, listamos algumas estatísticas, que consideramos representativas da visibilidade e da incidência política da ABONG, em especial de sua relação com a mídia em geral e com a sociedade, por meio do seu website.

No primeiro conjunto de informações estão as estatísticas de acesso ao site ABONG por ano⁸⁴. No segundo conjunto de informações, as inserções da ABONG em matérias e reportagens em geral.

1. Estatísticas de tráfego do site

2010

MÊS	Média diária	Informes	Informes 2	Total
Janeiro	1.541,52	1.869	-	47.787
Fevereiro	1.578,00	1.877	1.940	44.184

2009

MÊS	Média diária	Informes	Informes 2	Total
Janeiro	890,55	1.236	-	27.607
Fevereiro	1.049,71	1.240	-	29.392
Março	1.303,10	1.674	-	40.396
Abril	1.257,93	1.323	1.502	37.738
Maio	1.434,26	1.647	1.844	44.462
Junho	1.414,97	1.662	1.621	42.449
Julho	1.125,03	1.511	1.624	34.876
Agosto	1.666,74	2.248	2.389	51.669
Setembro	1.920,87	2.110	2.391	57.626
Outubro	1.926,71	2.212	2.418	59.728
Novembro	1.838,70	2.236	2.085	55.161
Dezembro	1.412,29	1.899	-	43.781

2008

MÊS	Média diária	Informes	Informes 2	Total
Dezembro	482,29	-	-	14.951

⁸⁴ Os levantamentos em relação aos anos de 2006 e 2007 foram prejudicados pela falha no sistema de aferição do tráfego do site e das listas da ABONG. Em 2008, este problema foi sanado, mas ainda que o tráfego e a aferição das informações tenham sido normalizados, os dados dos anos anteriores não foram recuperados.

2. ABONG na imprensa de 2007 a 2010

As inserções da ABONG na mídia de 2007 a 2010 são marcadas pela diversidade: de assuntos, de veículos em que foi citada ou consultada e de fontes que tiveram voz na mídia.

Levantamento⁸⁵ realizado pelo escritório nacional⁸⁶ aponta que a ABONG é uma referência para um total de 72 veículos de todo Brasil que a citaram por 97 vezes em matérias ao longo deste período. Outras 51 vezes, a Associação foi consultada e teve algum de seus(as) diretores(as) ouvidos(as).

Interessante observar que a maioria das citações se dá em pequenos veículos ou em portais, dada a facilidade de retransmissão e replicação das notícias via internet. Outro ponto a ser ressaltado é a forte presença das mídias alternativas, como meios que dão visibilidade ao projeto ABONG e a seus posicionamentos. Um terceiro destaque seria a presença de alguns veículos internacionais.

Os veículos que mais ouviram ou citaram a ABONG são: Jornal do Brasil / JB Online (12); Portal Terra (8); Adital (8); O Globo (8); Agência Brasil (6); O Estado de São Paulo (5) e Diário do Nordeste (5). Importante ressaltar a presença de um veículo regional nesta lista.

Os principais assuntos pelos quais a ABONG foi citada ou demandada são reforma política e projeto ficha limpa (33), Fórum Social Mundial (21), CPI das ONGs e criminalização dos movimentos sociais (20), marco legal e complexidade do campo das organizações (15) e controle social (10).

Em relação às citações e fontes, cabe observar que, quando fonte, a ABONG busca diversificar o gênero e a região das vozes que falam publicamente em seu nome. Em 29 das 51 matérias em que indicou fontes, mulheres falaram, sendo 2 vezes diretoras regionais. 20 vezes homens falaram, sendo 8 vezes diretores regionais. Esta breve análise é um subsídio para pensar a política de comunicação da ABONG em relação a seu diálogo com a mídia, buscando canais de inserção e, ao mesmo tempo, de crítica e incidência neste campo, tão relevante para a construção de sua imagem pública e para a disseminação de seu projeto na sociedade.

⁸⁵ A compilação completa das inserções da ABONG na mídia está disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/ABONG%20na%20imprensa%20de%202007%20a%202010.doc>

⁸⁶ Este clipping é feito a partir do trabalho da assessoria de comunicação do escritório nacional. Sabemos que as inserções da ABONG na mídia são mais volumosas, inclusive em função das mídias locais, para as quais os regionais são fontes constantes. No entanto, muitas delas não são notificadas ao escritório, ficando de fora deste levantamento. Uma das nossas intenções ao apresentar estes números é justamente a de incentivar que estas notificações sejam feitas, para que consigamos montar um banco de dados mais preciso sobre nossa presença na imprensa. Hoje, estas informações nos permitem avaliar quem são as vozes que falam pela ABONG, sobre quais assuntos somos demandados a falar, com que frequência, por quais veículos. Isso permite, por exemplo, avaliarmos as estratégias de mídia em relação a ações que protagonizamos, mas não estamos sendo reconhecidos como sujeitos.

Vale ressaltar ainda que o trabalho de clipping começou a ser feito de forma sistemática, pela equipe de comunicação, a partir do ano de 2008. Este trabalho consiste no monitoramento das notícias publicadas a partir dos pedidos de entrevistas que o escritório recebe e na pesquisa de referências à ABONG em sites de notícias na Internet. Os dados de 2007 foram obtidos apenas a partir de pesquisa na Internet e representam uma amostra do volume total de inserções.

